



iREL – INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A Diplomacia do Patacão: queda de Rosas e a nova configuração de forças
no Prata (1850-1858)**

Dissertação de Mestrado

Joanna Santos de Souza

Brasília, Junho de 2013.



iREL – INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A Diplomacia do Patacão: queda de Rosas e a nova configuração de forças
no Prata (1850-1858)**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Instituto de
Relações Internacionais - UnB como pré-
requisito para a obtenção do título de
Mestre em Relações Internacionais

Mestrando: Joanna Santos de Souza
Orientador: Pio Penna Filho

Brasília, Junho de 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1.1. O Realismo Neoclássico	11
1.2. Wohlforth e o papel das percepções na formulação da política externa	16
CAPÍTULO 1 - Histórico da Política Externa na Região do Prata	
1.1. Da Chegada da Família Real ao Brasil à Independência	20
1.2. Neutralidade no Prata: da Independência em 1822 até 1843	26
1.3. Rosas na Argentina e a Grande Guerra no Uruguai: tempos difíceis para o Império	28
CAPÍTULO 2 - O caminho para a intervenção	
2.1. A neutralidade não era uma opção	34
2.2. Mudança à vista	39
CAPÍTULO 3 - A Diplomacia do Patacão	
3.1. O patacão na diplomacia	50
3.2. A manutenção do sistema do patacão e exercício da hegemonia	65
3.3. Enfim, a hegemonia: um balanço da Diplomacia do Patacão	71
CONCLUSÃO	76
FONTES E BIBLIOGRAFIA	79

*“É boa a marcha que temos seguido –
ter esses senhores em dependência do
seu bom comportamento e de nossa boa vontade”*

Paulino José Soares de Sousa – Visconde do Uruguai

RESUMO

A Diplomacia do Patacão se caracterizou por uma série de empréstimos realizados pelo Brasil à República do Uruguai e às províncias argentinas de Corrientes e Entre-Ríos. Os subsídios concedidos entre 1850 e 1858 tiveram por objetivo neutralizar Rosas e estabelecer à região do Rio da Prata uma configuração de forças que fosse favorável ao Império. Concebida e implementada pelo Ministro Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, e patrocinada inicialmente pelo Barão de Mauá, a diplomacia se inseriu em uma política externa mais ampla, intervencionista, após anos de imobilismo e neutralidade do Brasil na região. O uso dos patacões foi elemento inovador, que se aliou às armas e à diplomacia, culminando na hegemonia brasileira no Prata.

ABSTRACT

The “Patacão” Diplomacy was a series of Brazilian loans to Uruguay and the Argentinean provinces of Corrientes e Entre-Ríos. The subsidies between 1850-1858 aimed at neutralizing Rosas and establishing a balance of power favorable to the Brazilian empire in the region of the *La Plata* Basin. Conceived and put into practice by Minister Paulino José Soares de Sousa, Viscount of Uruguay, and financially sponsored by Irineu Evangelista de Sousa, the Baron of Mauá, the Diplomacy was part of a broader interventionist foreign policy, after a period of Brazilian’s inaction and neutrality in the region. Combine with arms and diplomacy, the use of “patações” was an innovative element resulting in hegemony for Brazil in the region of the Plate River.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que tudo fazem pela minha educação. Pelo amor incondicional.

À Lucas – que sempre terá minha admiração –pelo companheirismo e carinho. Por ter dado apoio, incentivo e coragem.

Ao professor Pio Penna Filho, pelos conselhos, auxílios e paciência.

A todos os amigos que contribuíram para este momento. Em especial, os que de perto acompanharam a jornada e sempre foram presentes: Tamara Gregol e Pedro Henrique Verano.

Introdução

O Estado brasileiro no final da década de 1840 criara condições para a definição e sustentação de diretrizes externas. Instituições estáveis e de funcionamento equilibrado, conservadorismo político, conciliação de partidos e a elaboração e execução da política externa através de um processo que envolvia o conjunto das instituições: Parlamento, Conselho de Estado, Poder Moderador e Ministério dos Negócios Estrangeiros. O uso intenso, adequado e inteligente da diplomacia conduziu a política brasileira, da qual emanava a vontade de resistência a todas as formas de ingerência que vinham de fora do país. Assim, a diplomacia no continente sul-americano foi usada para a maximização dos ganhos externos, valendo-se, inclusive, do uso da força em última instância em áreas onde seu emprego dava garantias de sucesso.

A política externa brasileira, a partir desse período, se fortaleceu de forma extraordinária. Em 1849, assume a pasta dos Negócios Estrangeiros homem de personalidade forte, que iria romper com a neutralidade e com o imobilismo brasileiro nas questões da região do Rio da Prata. Paulino José Soares de Sousa, que em 1854 tornar-se-ia o Visconde do Uruguai, fazia parte do grupo no Governo conhecido por realista, congregando homens “que colocavam as decisões acima do destino, e por vezes das negociações, e agiam com força de vontade”¹. Paulino assume com o objetivo de defender o interesse nacional do Império brasileiro no Prata, o que culminaria em mudança radical na política externa brasileira para com os seus vizinhos argentinos, uruguaios e paraguaios. Adotando postura mais intervencionista, o Ministro iria desenvolver e implementar o que mais tarde ficaria conhecida como a Diplomacia do Patacão, com a contribuição decisiva, em seus anos iniciais, de Irineu Evangelista de Sousa - o Barão de Mauá.

Amigos de longa data, Irineu atenderá, como uma convocação, ao pedido do Ministro Paulino para uma mobilização financeira em socorro, primeiramente, do Uruguai. O Imperador do Brasil considerava, nos

¹ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. p. 68.

momentos iniciais, uma manobra perigosa conceder empréstimos formais, dos cofres brasileiros, a esta empreitada. Mauá surgiu como a opção; e a Diplomacia do Patacão se tornou real com sua participação. O Visconde do Uruguai percebeu a oportunidade que surgiria com as potências europeias diminuindo presença no Prata. Mas “bons momentos” não são suficientes para uma grande política externa. É preciso também grandes homens, como Irineu e Paulino, para percebê-los, traduzi-los e implementá-los.

A ausência de estudos mais aprofundados sobre a Diplomacia do Patacão – como foi formulada, implementada e suas consequências – inspirou a realização deste trabalho. Esta diplomacia financeira foi, também, um dos (senão o) momentos mais importantes da carreira diplomática do Visconde do Uruguai, estadista que pode ser facilmente colocado como um dos de maior destaque da história nacional. Além disso, produziu fato curioso: a presença de um cidadão do Império brasileiro (Irineu) na negociação entre Estados.

A Diplomacia foi articulada para garantir: a) a segurança das fronteiras do sul do Império – afastando as lutas entre facções oligárquicas nos países vizinhos, as interferências políticas e as incursões no Rio Grande; b) a livre navegação para escoamento de produtos e mais fácil acesso ao interior do Mato Grosso; c) o cumprimento do armistício com a Argentina imposto pela Convenção de 1828; d) uma configuração de forças entre os Estados platinos favorável ao Brasil – não permitindo a “remontagem” do Vice-Reino do Rio da Prata.

Os eventos anteriores e posteriores à Diplomacia do Patacão serão tratados com maior detalhamento nas páginas a seguir. A dissertação foi organizada em três capítulos, tendo em consideração a ordem cronológica dos eventos. A exposição do histórico da política externa brasileira para a região do Rio da Prata - incluindo ainda a de Portugal - para a região, faz-se necessária para entender os acontecimentos que antecederam a decisão do Visconde do Uruguai de adotar uma diplomacia mais enérgica para os países platinos. O detalhamento explicará o porquê da, após a Guerra da Cisplatina, retração do Brasil na política externa no Prata, para uma neutralidade. Perpassará pelos personagens envolvidos no conturbado cenário da região, muitos dos quais se fizeram presentes por décadas na política regional.

No segundo capítulo, serão explorados os processos pelos quais decorreu a mudança de política externa. O intervencionismo viria de forma gradual, acompanhando também a alteração nos meios políticos brasileiros sobre qual era a melhor forma do Império se posicionar em relação aos vizinhos do Rio da Prata. As preparações para a efetiva implementação da diplomacia de subsídios pecuniários também serão relatadas.

Chega-se, por fim, no terceiro capítulo, à própria Diplomacia do Patacão: como o agente (Mauá) e o diplomata (Visconde do Uruguai) se uniram em um primeiro momento e os caminhos conseguintes com os tratados desiguais que os patações proporcionaram. As consequências da diplomacia financeira e da intervenção, para o Brasil e os atores envolvidos.

A hipótese a ser verificada ao longo da dissertação é a de que a Diplomacia do Patacão foi essencial para a aliança de forças que promoveram a queda do governador de Buenos Aires Juan Manuel Rosas. A queda do ditador portenho e as convenções e tratados consignados aos empréstimos oferecidos pelo Império à República do Uruguai e às províncias argentinas de Corrientes e Entre-Ríos produziram uma nova configuração de forças no Prata, ascendendo o Brasil, temporariamente, como potência hegemônica. Mas não constitui seu elemento central e sim o ponto de partida para outras indagações relativas à própria Diplomacia em si, como sua eficácia e consequências mais amplas.

O trabalho aqui proposto foi iniciado com uma pesquisa historiográfica e documental, sendo esta última composta principalmente dos Decretos e Leis aprovados pelo Congresso Nacional, dos Relatórios do Ministério do Negócios Estrangeiros e dos Tratados assinados no período em questão. As citações de documentos históricos e de livros aqui utilizados foram mantidas, integralmente, conforme ortografia do texto original.

O material coletado foi analisado a partir do marco teórico do realismo, com maior foco no realismo neoclássico proposto por William C. Wohlforth, o qual abre a “caixa-preta” do Estado, enfatizando as percepções dos decisores e o papel das instituições internas do país na formulação da política externa. Para se entender a manifestação da nova política externa intervencionista do Brasil na região do Prata através da Diplomacia do Patacão, é fundamental

entender também como Paulino percebeu e assimilou a oportunidade para uma mudança regional de poder, o aumento do poder relativo do Brasil e como ele conseguiu mobilizar os recursos necessários para que sua política pudesse ser, enfim, implementada.

Para maior entendimento de expressões utilizadas ao longo do trabalho, é necessária a exposição das características principais da teoria em questão.

1.1) O Realismo Neoclássico

A disciplina de Relações Internacionais surge no pós- Primeira Guerra Mundial, consequência direta da vontade de políticos, líderes e acadêmicos de evitar a eclosão de outra guerra como aquela². O realismo surge nesse contexto, no livro *Vinte Anos de Crise - 1919-1939*, de Edward H. Carr, responsável por cunhar tal termo e o popularizar. O avanço nos estudos das relações internacionais, os debates teóricos seguintes, bem como as constantes críticas à escola realista, foram fundamentais para o amadurecimento de tal corrente de pensamento, desencadeando no desenvolvimento do próprio arcabouço em diferentes correntes realistas, aumentando a sua variedade de abordagens teóricas, as quais contêm diferentes elementos entre si.

Apesar do realismo hoje ser tão diverso, algumas premissas podem ser consideradas comuns a todos os teóricos realistas: a centralidade do Estado, a necessidade de sobrevivência do mesmo, a função do poder para garantir tal sobrevivência, a anarquia internacional e o conceito de auto-ajuda³. Para tais teóricos, o Estado se constitui como o ator central do sistema internacional, tendo as funções de “manter a paz dentro de suas fronteiras e a segurança de seus cidadãos em relação a agressões externas”, ou seja, a estabilidade doméstica e a segurança⁴, sendo os Estados unidades parecidas ou iguais nas funções que desempenham no sistema internacional. E, além disso, os tomadores de decisão, como os líderes políticos e os diplomatas, “que atuam

² NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 32.

³ Ibid. p. 23 – 25,

⁴ Ibid. p. 24.

nas relações internacionais, o fazem em prol e em benefício dos Estados que representam”⁵. Como os Estados agem, então, de maneira uniforme e homogênea e em defesa do interesse nacional, os realistas o consideram como um ator unitário e racional.

Na realidade externa, a das relações internacionais, o Estado tem como principal função a defesa do interesse nacional, preservando e mantendo o Estado como ator, justamente pela ausência de qualquer autoridade que tenha o papel de impor direções e diretrizes. É aqui que se introduz o conceito definidor das relações internacionais: a anarquia. A anarquia, segundo Nogueira e Messari, “não é propriamente o caos, mas sim a ausência de uma autoridade suprema, legítima e indiscutível que possa ditar as regras, interpretá-las, implementá-las e castigar quem não as obedece. [...] Não existe nas relações internacionais um único soberano que tenha o monopólio do uso legítimo da força [tal qual acontece no plano doméstico]”⁶.

A existência, portanto, da anarquia no sistema internacional traz três consequências: a sobrevivência do Estado, o conceito de poder e o conceito de auto-ajuda. A sobrevivência do Estado, em um ambiente onde não há um garantidor da ordem, “é o interesse nacional supremo e fundamental que deve levar à mobilização de todas as capacidades nacionais e ao qual se submetem todos os demais interesses”⁷. Assim, o poder se transforma no elemento central na análise e nos cálculos do Estado sobre as relações internacionais. Enquanto alguns teóricos realistas trazem a definição de poder como absoluto, ou seja, como a soma das capacidades do Estado em termos políticos, militares, econômicos e tecnológicos⁸, outros definem o poder como relativo, isto é, o poder de um Estado sendo definido não em relação a suas capacidades intrínsecas, mas em comparação com os demais Estados com os quais compete⁹.

Logo, “como resultado da anarquia internacional, os Estados têm a obrigação de lutar por sua sobrevivência e de utilizar todos os mecanismos de

⁵ Ibid. p. 25,

⁶ Ibid. p. 26,

⁷ Ibid. p. 27,

⁸ Ibid. p. 28,

⁹ Ibid. p. 29.

poder que lhe são disponíveis”¹⁰, como o equilíbrio de poder, em que os Estados se juntam com o poder (uma grande potência) ou contra o poder. Seguindo tal lógica, além de o Estado ser o responsável pela sua segurança, nada garante (devido à anarquia) que os Estados aliados não se tornem uma ameaça para sua soberania nacional, devendo o Estado apelar para a auto-ajuda, para tentar garantir sua sobrevivência. Dessarte, o Estado só teria a ele mesmo para garantir sua permanência no sistema internacional, devendo utilizar-se de todos os meios disponíveis para isso.

Em seu livro *Política entre as nações*, Hans Morgenthau organizou tais princípios basilares do realismo clássico, dando consistência ao realismo como abordagem teórica das relações internacionais. Posto então o realismo como corrente teórica com credibilidade, surgiram as críticas. O realismo reagiu de diferentes formas, modificando algumas estruturas do realismo clássico, mas sempre apoiado em seus pressupostos básicos.

O Realismo Neoclássico surge como produto dos debates no final da década de 1980 na teoria das Relações Internacionais e, mais precisamente, do debate com o Neo-realismo (ou Realismo Estrutural), representado principalmente por Kenneth Waltz. Partindo de uma análise estrutural da política internacional, a teoria de Waltz possui pressupostos básicos, como a existência da anarquia nas relações internacionais, onde os Estados exercem poder e não autoridade¹¹ e o sistema de auto-ajuda, pois, segundo ele, nenhuma unidade pode contar com as demais para garantir sua sobrevivência no sistema. Assim, através de argumentos estruturais, Waltz procura explicar a continuidade e as repetições de comportamento no sistema internacional. Segundo alguns pensadores realistas, o realismo estrutural de Waltz empobreceu o próprio realismo e reduziu sua capacidade de análise. Com isso, abriu-se o debate para redescoberta de velhos conceitos do realismo e, ao mesmo tempo, aprendizado das inovações das décadas de 1970 e 1980. Nesse contexto é que surgem os realistas Neoclássicos, teóricos que procuram “recuperar as raízes do realismo original, sem deixar de adaptá-los aos

¹⁰ Ibid. p. 31,

¹¹ Ibid. p. 45.

dilemas do realismo contemporâneo”¹², que demanda a aplicação a estudos de política externa que não considerem o Estado como ator unitário, igual aos demais, e fechado como uma “bola de bilhar”, o que acaba por impossibilitar a análise das decisões tomadas por este país.

Gideon Rose, em seu artigo “Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy”, expõe de forma sucinta as principais características e contribuições do Realismo Neoclássico. Segundo o autor, existem hoje quatro principais escolas de teoria de política externa. A primeira escola, composta por teorias de *Innenpolitik*, mostra a influência de fatores domésticos na Política Externa. As restantes são variações do realismo e reforçam a influência do sistema internacional no comportamento dos Estados. O chamado “Realismo Ofensivo” reverte a lógica *Innenpolitik* argumentando que os fatores sistêmicos são sempre dominantes. Já o “Realismo Defensivo” defende que os fatores sistêmicos dirigem alguns tipos de comportamento estatal, mas nem todos¹³.

John J. Mearsheimer, teórico realista ofensivo de Relações Internacionais, afirma que o modo mais eficiente de um Estado sobreviver ao sistema anárquico é maximizando seu poder relativo e, portanto, se tornar mais poderoso – isto é, o *hegemon*. Entretanto, nem todos os Estados conseguem maximizar seu poder relativo simultaneamente, tornando o sistema estatal uma arena de busca constante de segurança, com imensa competição¹⁴.

O *hegemon* é definido como um Estado que é tão poderoso que irá dominar todos os outros Estados do sistema¹⁵. Esse conceito, para o teórico, é aplicado tanto global quanto regionalmente: hegemonia significa a dominação do sistema, a qual é usualmente interpretada como o “mundo inteiro”, mas é possível aplicá-la para descrever as regiões particulares. A hegemonia regional é a principal meta estratégica de um Estado e, portanto, o nível regional de análise possui um papel central na teoria de Mearsheimer. Mas como os Estados obtêm hegemonia? Para ele, existem dois tipos de estratégia –

¹² Ibid. p. 49.

¹³ ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. *World Politics*, Princeton, v. 51, out. 1998. p. 146.

¹⁴ MEARSHEIMER, John J. A Tragédia Política das Grandes Potências. Lisboa: Gradiva. 2007. Cap. 2.

¹⁵ Ibid. p. 40.

tentativas de ganho de poder relativo direto e indireto. A guerra é o principal modo de ganhar poder. O outro seria “colocar” rivais em conflito. O Império brasileiro utilizou-se das duas estratégias para alterar a relação de forças no Prata e alcançar o status de *hegemon*.

Tais teorias supracitadas, de acordo com Rose, possuem limitações que seriam resolvidas por uma quarta escola, a do Realismo Neoclássico. Este arcabouço incorpora variáveis tanto externas quanto internas ao atualizar os principais *insights* do Realismo Clássico. Seus teóricos argumentam que o escopo e a ambição da política externa de um país são guiados primeiramente pelo seu lugar no sistema internacional e especificamente pela sua capacidade de poder material relativo (ou seja, quanto um Estado ganha em relação aos demais¹⁶). Expõem ainda que o impacto de tal poder na política externa é indireto e complexo pois as pressões sistêmicas podem ser traduzidas através de variáveis intervenientes no nível unitário. E devido a essa inovação é que são considerados neoclássicos.

Os teóricos do Realismo Neoclássico argumentam que o poder material relativo, o ponto central da variável independente, estabelece parâmetros básicos da política externa de um país, onde os fortes fazem o que podem e os fracos sofrem o que devem¹⁷. Notam também que não há uma transmissão imediata e perfeita que ligue as capacidades materiais ao comportamento de política externa, pois as escolhas dessa política são feitas por líderes políticos reais e pelas elites, o que leva à conclusão, para parcela desses teóricos, de que são as percepções de tais atores sobre o poder relativo o que importa e não simplesmente a quantidade relativa em si dos recursos físicos¹⁸. Ressaltam ainda que esses líderes nem sempre possuem liberdade completa para extrair e dirigir recursos nacionais como eles desejariam.

Ao realizar a análise de poder de um determinado país, deve-se também examinar a força e a estrutura dos Estados, o que também afeta a proporção de recursos materiais que podem ser alocados para a política externa. Isso leva ao fato de que países com capacidades semelhantes, mas com diferentes estruturas estatais, podem agir diferente. E, finalmente, pressões sistêmicas e

¹⁶ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Op. cit., p. 24.

¹⁷ ROSE, Gideon. Op. cit., p. 146.

¹⁸ Ibid. p. 147,

incentivos podem moldar o contorno e a direção geral da política externa sem serem fortes ou precisas o bastante para determinarem detalhes específicos sobre o comportamento de um Estado, significando que a influência de fatores sistêmicos pode ser frequentemente mais aparente de longe (para um analista) do que de perto (para um formulador de política externa). Assim, por todas essas questões, os realistas neoclássicos acreditam que o entendimento da ligação entre poder e política requer um exame de perto dos contextos nos quais a política externa é formulada e implementada¹⁹.

Isto posto, a estrutura do Império do Brasil nos anos antecedentes à execução da Diplomacia do Patacão será analisada no segundo capítulo do presente trabalho. A consolidação do Estado brasileiro na década de 1840, que assistiu ao fim de suas revoltas internas, solidificação política e melhora substancial da situação econômica, permitiu, através do emprego cada vez maior de poder à política externa do subsistema platino, abrindo espaço para manobras mais “arrojadas” do Brasil na região do Rio da Prata.

Ao invés de assumir que os Estados buscam segurança, os realistas neoclássicos assumem que os Estados respondem às incertezas da anarquia procurando controlar e moldar seu ambiente externo. Os Estados tendem a querer mais influência externa e perseguem tal objetivo até o ponto em que estão aptos a perseguir. Logo, em longo prazo, o montante de poder material relativo e recursos que um país possui irá moldar a magnitude e a ambição de sua política externa: maior poder relativo é igual à perseguição de maior influência externa e vice-versa.

Para entender de que modo os Estados interpretam e respondem ao ambiente internacional, deve-se analisar como as pressões sistêmicas são traduzidas, através de variáveis intervenientes como as percepções dos formuladores de política externa e a estrutura doméstica interna do Estado. Os *policymakers* podem ser constrangidos tanto por políticas internacionais quanto por políticas domésticas. A anarquia internacional, além do mais, não é nem Hobbesiana nem benigna, mas mais opaca e difícil de ser “lida”²⁰. Estados existindo nesse ambiente, então, possuem dificuldade em ver

¹⁹ Idem.

²⁰ Ibid. p. 152.

claramente onde a segurança é plena e onde ela é escassa, tendo assim que avançar apesar das incertezas, interpretando evidências parciais e problemáticas.

Realistas neoclássicos pensam então que não se deve utilizar somente um *approach* para a análise de política externa. Eles começam intelectualmente primeiro pelo nível sistêmico, mas depois cuidam de traçar precisamente como o poder relativo é traduzido e operacionalizado em comportamento dos atores estatais.

1.2) Wohlforth e o papel das percepções na formulação da política externa

O principal elemento do Realismo Neoclássico é o poder relativo. O seu impacto se dá pelo fato de que o comportamento estatal é a adaptação às restrições externas condicionadas pelas mudanças no poder relativo²¹. Apesar de realçar a primazia do poder relativo, William C. Wohlforth se preocupa em ressaltar que o impacto de tal poder na política externa é indireto e problemático:

“The waters are further muddied by a host of other problems: power cannot be tested; different elements of power possess different utilities at different times; the relation of perceived power to material resources can be capricious; the mechanics of power are surrounded by uncertainty; states possess different conversion ratios and comparative advantages; the perceived prestige hierarchy and the military distribution may not coincide for prolonged periods; states adopt asymmetrical strategies to maximize their positions and undercut rivals; signals get confused among allies, rivals, and domestic audiences.”²²

Introduz, então, a primeira variável interveniente: a percepção dos decisores de política, os quais são os “filtros” das pressões sistêmicas²³. Logo,

²¹ WOHLFORTH, William. Realism and the End of the Cold War. *International Security*, Cambridge, v. 19, n. 3, 1994. p. 8.

²² Id. *The Elusive Balance: Power and Perceptions during the Cold War*. Ithaca: Cornell University Press, 1993. p. 306-307.

²³ Conclui-se isso através da leitura do artigo Realism and the End of the Cold War.

a distribuição internacional de poder pode dirigir comportamentos estatais somente pela influência de formuladores de carne e osso e, sendo assim, os analistas de política externa não possuem outra alternativa a não ser explorar em detalhes como os decisores de cada país entendem suas situações, o que será feito, nas páginas a seguir, com o Ministro Paulino Soares de Sousa. Importante lembrar aqui o que significa o termo “poder” para o autor, uma vez que ele é o ponto principal da variável independente: o conceito de poder se refere às “capacidades ou recursos com que os Estados podem influenciar uns aos outros”²⁴.

Assim o autor introduz o nível doméstico em sua teoria, pois:

“Any realist discussion of international change must combine the domestic and international levels of analysis. A purely structural realist explanation cannot offer a comprehensive account of precisely why a given state's domestic political, social, and economic institutions decline in comparison to those of competing powers.”²⁵

Com isso, Wohlforth enfatiza o papel das percepções dos formuladores de decisão, ou seja, a análise dos formuladores de política acerca do poder e explica que a tradução das capacidades em ações se dá pela análise das mesmas feita pelos indivíduos que atuam em nome do Estado. Assim, a competição irá se manter se o indivíduo tem a percepção de que o Estado tem capacidade de competir pois “state behavior is an adaptation to external constraints conditioned by changes in relative power”²⁶. Resgata ainda a ideia realista clássica de Morgenthau de que o poder é composto por fatores materiais e não-materiais, o que, conseqüentemente, faz com que fatores não-materiais também possam influenciar na análise das capacidades pelos tomadores de decisão. Como o autor explica: “rapid shifts in behavior may be related to perceived shifts in the distribution of power which are not captured by typical measures of capabilities”²⁷.

²⁴ WOHLFORTH apud ROSE, Gideon. Op. cit., p.151.

²⁵ WOHLFORTH, William. Realism and the End of the Cold War. p. 19.

²⁶ Ibid. p. 8.

²⁷ Id. Realism and the End of the Cold War. p. 294.

Wohlforth preconiza que um aumento no poder material relativo irá levar eventualmente a uma expansão correspondente na ambição e no escopo da atividade de política externa de um país, sendo que um declínio em tal poder irá levar eventualmente a uma correspondente contração de tal escopo. Tal processo não é uniforme e gradual, uma vez que isso depende também de como os decisores de políticas subjetivamente entendem tal quadro. Logo, países com estruturas fracas irão levar mais tempo para traduzir um aumento do poder material em uma atividade de expansão da política externa ou irão tomar uma rota mais tortuosa.

Ao não colocar ênfase demasiada no nível estrutural, uma vez que a distribuição das capacidades é somente “one of the many factors that must figure in the calculations of policymakers”²⁸, o autor consegue introduzir variáveis explanatórias como incentivos materiais e políticas domésticas, bem como a “salience of ideas and their interaction with leadership and domestic politics”²⁹, à análise de política externa, além de se mover da extrema atenção dada pelos realistas clássicos e estruturais ao sistema internacional para um sistema mais regional, afirmando que “states are usually more concerned with their neighborhoods than with global equilibrium”.³⁰

A teoria realista neoclássica, incluindo a de William Wohlforth, servirá como “lente” para a análise da gênese e da execução da Diplomacia do Patacão. Como o Ministro dos Negócios Estrangeiros – o Visconde do Uruguai – percebera o aumento de poder relativo do Império brasileiro em relação ao subsistema platino e, com isso, a chance de mudança na política externa para a região, uma política intervencionista. E como ele conseguira, através da arregimentação de apoio da elite política brasileira, alocar os crescentes recursos em sua empreitada. Ou seja, como a capacidade fora transformada em ação.

²⁸ WOHLFORTH, William. U.S. Strategy in a Unipolar World. In: IKENBERRY, John. *America Unrivaled: The Future of the Balance of Power*. Ithaca: Cornell University Press, 2002. p. 99.

²⁹ WOHLFORTH, William; TANNENWALD, Nina. The End of the Cold War as a Hard Case for Ideas. *Journal Of Cold War Studies*, Cambridge, primavera 2005. p. 166.

³⁰ WOHLFORTH, William. U.S. Strategy in a Unipolar World. p. 102.

1) Capítulo 1 – Histórico da Política Externa na Região do Prata

1.1) Da Chegada da Família Real ao Brasil à Independência

Desde o “descobrimento” da América, a porção sul deste continente foi palco das rivalidades coloniais – políticas e econômicas – entre Portugal e Espanha, sendo que a região do Rio da Prata destacou-se como um ponto focal e estratégico de maior relevância na disputa entre as duas potências europeias, motivando uma “grande batalha militar e diplomática”³¹ em torno da Banda Oriental.

A ambição dos portugueses do Brasil de estenderem-se até o Rio da Prata remonta aos primórdios da colônia. Na medida em que se aventuravam a oeste e ignoravam Tordesilhas, descobriam as vantagens de desbravar o interior. Deliberadamente ocupavam território como se *terra nulius* fosse. Os afluentes da imensa bacia platina, convenientemente navegáveis, conduziam os portugueses terra adentro. O gado selvagem também mostrava sua importância, como evidenciado por Moniz Bandeira:

“[ele] proliferava em quase toda a zona da Bacia do Prata e os luso-brasileiros exploravam as chamadas vacarias do mar, predatoriamente, desenvolvendo a indústria e o comércio do couro e da carne de charque, dois produtos que, pela sua crescente importância econômica, eles pretendiam monopolizar”³².

As ligações das novas províncias à oeste do território brasileiro com o litoral da colônia passaram a depender do Rio da Prata, pois seus tributários Paraná e Paraguai formavam o caminho mais curto e facilitavam a via de comunicação entre o Rio de Janeiro e as províncias do Mato Grosso e do Goiás. Assim, o “Rio da Prata representava [...] a chave de acesso ao estuário superior do Paraná, Uruguai e Paraguai, que banhavam terras consideradas

³¹ SOARES, José Álvaro Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865)*. Rio de Janeiro: Brand, 1955, p. 7.

³² BANDEIRA, Moniz. *O Expansionismo Brasileiro: a formação dos Estados na bacia do Prata*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan. p. 39.

das mais ricas e férteis do Brasil”³³. Os luso-brasileiros continuaram a entrar na margem leste do Rio Uruguai, denominada Banda Oriental, por considerarem as condições ali mais favoráveis à pecuária e seus derivados, principalmente o charque, que teria importância cada vez mais crescente na economia.

Com a vinda da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, o desejo de fundar um poderoso Império na América englobando a parte leste do Rio Uruguai reascendeu. Cinco dias após sua chegada, o Príncipe Regente decidia por impor uma manobra de suposta proteção aos povos platinos. D. Rodrigo de Souza Coutinho, futuro Conde de Linhares e escolhido para o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, dirige então nota ao *Cabildo*³⁴ de Buenos Aires, em nome do Monarca português, oferecendo proteção real a tais povos, sob o pretexto de que a Espanha, dominada inteiramente pela França graças à guerra Napoleônica, havia abandonado seus domínios na América³⁵.

A nota não se caracterizou somente como um oferecimento. Ela dizia ainda, em tom de ameaça que, no caso de o *Cabildo* aceitar, evitaria a ruína do seu comércio e as fatais catástrofes a que exporia o Rio da Prata caso o Regente quisesse obrigá-lo a aceitar a proteção com toda a força de suas armas e com as dos seus aliados. Essa nota parecia um verdadeiro ultimato, ainda mais ao se enviar um emissário luso-brasileiro ao Rio da Prata para negociação. Os objetivos da missão eram tentar os Governadores a unirem-se sobre o Real Domínio, sondar a capacidade do vizinho para o caso de uma guerra e, por último, assegurar a continuação do comércio entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata. Mas, pouco tempo depois, o *Cabildo* rechaçava³⁶ as propostas, considerando-as como afronta e o governo português se preparou para invadir a Banda Oriental e, também, o outro lado do Rio da Prata e ocupar Buenos Aires³⁷.

³³ Ibid. p. 40.

³⁴ Os “cabildos” podem ser comparados às câmaras de vereadores atuais.

³⁵ SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*. 5ª ed. São Paulo: DIFEL, 1969. SOUZA, J. A. Soares. O Brasil e o Prata até 1828. p. 300-328..

³⁶ Ibid. p. 301-3002.

³⁷ BANDEIRA, Moniz. Op. cit. p. 41.

As relações na América entre Portugal e Espanha, até esse momento, dependiam sempre dos acontecimentos na Europa. A política externa para a América do Sul não era autônoma, e sim um reflexo dos sucessos e fracassos na Europa. O tom agressivo da nota remetia-se ao período antes da chegada da família real portuguesa ao Brasil, onde Portugal havia sido invadido pelos franceses, aliados dos espanhóis até o momento. A nota ao *Cabildo* portenho se caracterizava como um revide do insulto que os portugueses receberam na Europa. Na segunda metade de 1808, porém, chegou ao Rio de Janeiro a notícia de que a Espanha havia reagido contra Napoleão, passando os espanhóis de inimigos a possíveis aliados, o que repercutiu na política externa sul-americana. O governo português se viu obrigado a reexaminar a operação armada³⁸. D. Rodrigo escrevera, então, outra carta, ao Vice-Rei de Buenos Aires Liniers, assegurando-o da desistência do Príncipe Regente das pretensões anteriores, esperando, porém, que Liniers se mantivesse “fiel aos seus soberanos e que, reconhecendo os direitos de Suas Altezas Reais [...], concorresse com os mesmos para a conservação da Monarquia espanhola”³⁹ e, para isso, poderiam considerar a com a “Princesa”.

A Princesa Nossa Senhora referida na nota era Carlota Joaquina, mulher de D. João VI e filha de Carlos, rei da Espanha, que logo abdicará do trono em favor do seu filho Fernando, futuro Fernando VII. A notícia da revolta da Espanha contra Napoleão e a abdicação do trono deu direção à carta despachada a Liniers, onde se modificou a posição do Príncipe Regente do Brasil, posição essa determinada pela transformação política que se deu na Espanha, em consequência da prisão do herdeiro do trono espanhol, Fernando, e da revolução que seguiu. Mas a perspectiva de anexar as províncias não cessou. Os acontecimentos na Europa deram esperanças a Carlota Joaquina de assumir como legítima representante na América e iniciam o processo de reclamar o seu direito de exercer a autoridade paterna nos domínios espanhóis da América dirigindo um manifesto aos fiéis vassalos do Rei Católico da Espanha. D. Rodrigo de Sousa remete tal manifesto ao *Cabildo* de Buenos Aires e ao Vice-Rei Liniers. Entretanto, os dois afastam a

³⁸ Ibid. p. 41.

³⁹ SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Prata até 1828 Op. cit. p. 345.

possibilidade, comunicando que já tinham jurado fidelidade a Fernando VII e “reconhecido a Suprema Junta, instituída na Espanha, como capaz legalmente de governar, durante a ausência do rei, não só a Espanha mas também seus domínios”⁴⁰.

Mas a Infanta Carlota Joaquina não desistiu de suas pretensões. Teve êxitos durante mais de um ano em sua empreitada, contando inclusive com o apoio de vastos setores das classes dominantes em Buenos Aires, até que as lutas revolucionárias na região aumentam, ameaçando, inclusive, “arrastar” a província do Rio Grande. A situação política no Prata modificava-se com rapidez. Em julho de 1809 chega a Buenos Aires o novo Vice-Rei, D. Baltazar Idalgo Cisneros, com instruções do Governo espanhol de afastar a intromissão portuguesa e a ingerência de Carlota nos negócios do Rio do Prata. A revolução argentina, no entanto, não parou. As informações das colônias espanholas que chegavam ao Brasil demonstravam que a queda da Casa espanhola na Europa era o sinal de que em pouco tempo tais colônias se separariam da Mãe-Pátria⁴¹. E foi justamente o que aconteceu. No final de 1809 e início de 1810, o poderoso exército francês conseguiu se apossar de quase todo o território espanhol.

A notícia chega ao Rio da Prata em maio de 1810, com consequências imediatas. Convocou-se um *cabildo abierto*⁴² e no dia seguinte o Vice-Rei Cisneros é deposto, vindo em seguida a declaração de independência: era a Revolução de Maio⁴³. Mas, Buenos Aires, o centro do Vice-Reinado e onde se iniciou o movimento revolucionário, não teve forças nesse momento para atrair as províncias do Paraguai e do Uruguai.

Com a Revolução de Maio, Buenos Aires adota para a região o nome de Províncias Unidas do Rio da Prata, mas não consegue reunir o antigo Vice-Reinado agora sob sua tutela⁴⁴. A Junta de Buenos Aires tenta, então, submeter pelas armas a Província do Paraguai, que se manteve fiel à Espanha. O exército portenho invasor, entretanto, é derrotado logo no início de 1811.

⁴⁰ Ibid. p. 348,

⁴¹ Ibid. p. 350-351.

⁴² Os “cabildos abiertos” incorporavam também outros membros influentes da sociedade local.

⁴³ GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 231.

⁴⁴ Ibid. p. 236.

Mas nada adianta. A posição do Governador D. Bernardo Velasco, do Paraguai, de se manter fiel ao soberano espanhol apressou sua queda e a emancipação da Província. Velasco é deposto em junho de 1811 e, “daí em diante, o Dr. Gaspar de Francia iniciava a sua ascensão à ditadura perpétua, que obteve em 1816, firmando definitivamente a independência da Província”⁴⁵.

Até o início do processo de independência das colônias latino-americanas, o subsistema regional platino caracterizou-se pela bipolaridade entre Brasil e o Vice-Reino do Rio da Prata. Quando tais colônias, espanholas, deram início à emancipação, a unidade implodiu e fragmentou-se em unidades incapazes de rivalizar de igual para igual o Brasil, grande ator remanescente. Daí a decisão de Buenos Aires em adotar uma política expansionista com objetivo de restaurar o Vice-Reino sob sua autoridade.

No Uruguai, porém, a transformação política que resultaria na independência não se dá com rapidez e facilidade, pois, ali, a situação era ainda mais complexa pela vizinhança dos luso-brasileiros, com uma formação social e, portanto, política muito parecida⁴⁶. E, como figura essencial na luta contra os espanhóis, aparece D. José Artigas, reconhecendo a Junta de Buenos Aires e dando início à campanha para combater o Vice-Rei D. Francisco Xavier Elío. Mas a Junta de Buenos Aires não lhe dá o comando e sim ao General Belgrano que, de volta do Paraguai, recebe a ordem de transpor o Uruguai⁴⁷. É Artigas, entretanto, quem vence os espanhóis em maio de 1811.

O movimento de tropas em torno do Rio da Prata inquietava o Governo português, contrário ao estabelecimento de um grande império ao sul⁴⁸, e também porque se sabia que a reconquista das Missões era ideia fixa de Artigas⁴⁹. D. João, então, recebe o pedido de ajuda do Vice-Rei Elío. O socorro é concedido e em julho as tropas portuguesas marcham em direção à Montevideu, sob o pretexto de assegurar a segurança do Brasil, tentando conter o processo revolucionário iniciado em Buenos Aires com a sublevação de 25 de maio de 1810. O Regente fez questão de afirmar que as tropas não se

⁴⁵ SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. Op. cit. p. 353.

⁴⁶ SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*. 5ª ed., tomo II, v. 3. São Paulo: DIFEL, 1969. p. 129.

⁴⁷ SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. p. 353.

⁴⁸ GOES FILHO, Synesio Sampaio. Op. cit. p. 232.

⁴⁹ Ibid. p. 354.

demorariam, pois só eram necessárias pelo fato de os movimentos revolucionários locais terem produzido uma “anarquia na fronteira dos seus Estados e em virtude do socorro pedido pelo Vice-Rei Elío”⁵⁰. Mas um armistício entre Elío e Buenos Aires é logo assinado, em 20 de outubro de 1811 e, diante das pressões inglesas⁵¹, D. João aceita o armistício em 26 de maio de 1812, retirando em seguida seu exército da região. Porém, os portenhos não conseguem se entender com Artigas. O último lutava pela liberdade da província e sua luta possuía um caráter mais popular, uma insurreição rural “com um programa político que aspirava à constituição de uma república federal, respeitando-se a autonomia e a igualdade de todas as Províncias do Prata”⁵², enquanto Buenos Aires lutava pela sua supremacia e pela conservação do seu monopólio sobre o comércio no Prata. E, assim, a luta contra os espanhóis é substituída por outra, de Artigas contra Buenos Aires “no intuito de derrocar os centralistas portenhos [pois] a federação, com a autonomia das províncias, afigurava-selhe a forma ideal de governo”⁵³.

A situação no Prata volta novamente a preocupar D. João. O desentendimento de Artigas com Buenos Aires requeria, a seu ver, uma intervenção para afastar do Rio Grande do Sul a anarquia que os choques entre os caudilhos produzia⁵⁴. D. João, já rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve estava determinado a manter o *status quo*, não podia deixar que Artigas nem a subversão republicana na Província do Rio Grande do Sul triunfassem pelos riscos que tais acontecimentos trariam para a monarquia e para a escravidão no Brasil. Quando a influência de Artigas se expande para Montevideu, em 1815, d. João comanda a invasão da Banda Oriental, transformando-a em uma capitania com governo separado e interino, “enquanto convier à segurança de suas fronteiras”⁵⁵. As tropas portuguesas entram em território uruguaio em meados de 1816 e Artigas é finalmente derrotado em 22 de janeiro de 1820, refugiando-se no Paraguai, onde Dr. Francia o acolheu. Em relação à Buenos Aires, o Brasil manteve a

⁵⁰ Ibid. p. 355,

⁵¹ BANDEIRA, Moniz. Op. cit. p. 41.

⁵² Ibid. p. 43.

⁵³ SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. Op. cit. p. 358.

⁵⁴ Segundo Moniz Bandeira, Artigas também incitou os gaúchos e os negros a se revoltarem contra Portugal.

⁵⁵ SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. Op. cit. p. 360.

neutralidade, assegurando que não passaria à outra margem do Rio da Prata e, apesar das divergências devido à conquista portuguesa da Banda Oriental, o general português Carlos Frederico Lecor conseguiu manter com o Governo portenho relações amistosas. Em 1820, então, se firmava Portugal no território do Uruguai, se livrando de Artigas, golpeando a mais radical revolução platense⁵⁶ e apoderando-se de um importante ponto estratégico para a segurança e defesa das Províncias de Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul.

1.2) Neutralidade no Prata: da Independência em 1822 até 1843

Em 1821, D. João VI se vê obrigado a voltar a Portugal⁵⁷. Se em 1808, chegando ao Brasil, um dos seus primeiros atos foi em relação ao Prata, antes de deixar o Rio de Janeiro ser, também, assunto de um dos seus últimos atos. São emitidos ofícios para o reconhecimento de fato das independências das Províncias do Rio da Prata que se encontravam debaixo da obediência dos seus respectivos governos. E, apesar de apelos pela incorporação da Província Cisplatina (Oriental) a Portugal, D. João VI não ratifica tal anseio. Mas, com a independência do Brasil em 1822, pouco tempo depois, a situação se modificaria.

D. Frutuoso Rivera declara-se a favor da proteção de D. Pedro, enquanto, em Montevideu, D. Bernadino Rivadavia declara a província sob a proteção de Buenos Aires e a nulidade da incorporação de 1821. O general Lecor inicia ataque a Montevideu, fortalecido pelas tropas orientais e por Frutuoso Rivera. Assim a Cisplatina passa a figurar entre as províncias que formaram o Império brasileiro. Mas tal ato não passa despercebido ao Governo de Buenos Aires, o qual ansiava a volta do Vice- Reino do Prata. Era presumível que a guerra seria rapidamente declarada.

⁵⁶ BANDEIRA, Moniz. Op. cit. p. 42.

⁵⁷ Em 1820 iniciava-se a Revolução liberal do Porto que, dentre outras exigências, estava a do retorno imediato da Corte para Portugal.

Em julho de 1825, vindos da Argentina, desembarcam no Uruguai os “Trinta e Três”⁵⁸ patriotas da expedição de D. Antônio Lavalleja. Contando com a ajuda da província de Buenos Aires e reforçados localmente, vão ocupando porções do território uruguaio, e contribuindo para que em agosto, no Congresso de Florida, fosse votada a incorporação de Montevideú às Províncias Unidas. Ocorridos tais fatos, no dia primeiro de dezembro do mesmo ano, D. Pedro declara a guerra.

A Guerra da Cisplatina se mostrou extremamente impopular, se arrastando até 1827⁵⁹, o que contribuiu para que, no Rio de Janeiro, a opinião dominante mudasse, aos poucos, para uma opinião a favor de uma política de neutralidade frente às disputas platinas. O Parlamento, que emergiu em 1826 como um novo poder que influiria na condução da política externa, tinha dado apoio irrestrito ao governo no que concernia à guerra. A Guerra da Cisplatina representou o único ponto importante de convergência entre o governo e o Parlamento em matéria de política externa na primeira legislatura. Os parlamentares consideravam a guerra com a Argentina uma guerra pela monarquia parlamentar, não se questionando as intenções do governo, nem se cobrando informações para conceder recursos financeiros e soldados, quando solicitados⁶⁰. Mas as dificuldades políticas e econômicas internas dos países, bem como a inconveniência para o Brasil do prolongamento da guerra, como a deserção no exército, a dificuldade em evitar invasão da fronteira, o fomento do espírito revolucionário por instigação externa e a pressão das potências estrangeiras, forçaram o Império e Buenos Aires a iniciarem as negociações para a trégua⁶¹. A paz definitiva só veio sob a mediação de Lord Ponsomby, Ministro inglês transferido para o Brasil. Em 9 de agosto de 1828 chegam a um entendimento e, no mesmo mês, assinam a Convenção Preliminar da Paz⁶²

⁵⁸ “Trinta e Três Orientais” era o nome do movimento encabeçado por Juan Antonio Lavalleja e apoiado pelas Províncias Unidas do Rio da Prata para libertação do território da Província Cisplatina do domínio do Império do Brasil.

⁵⁹ GOES FILHO, Synesio Sampaio. Op. cit. p. 238.

⁶⁰ CERVO, Amado. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores: 1826-1889*. 1ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. p. 33.

⁶¹ Ibid. pp. 33-34.

⁶² A Convenção Preliminar da Paz entre a Confederação Argentina e Brasil, a qual criava o Estado da República Oriental do Uruguai, sob mediação da Inglaterra, era resultado das reuniões entre representantes do Império do Brasil, o marquês de Aracati e José Clemente Pereira e os representantes das Províncias Unidas do Rio da Prata, Balcarce e Guido, no Rio de Janeiro. Em 27 de agosto de 1828, se firmaria o Tratado do Rio de Janeiro, ratificado em 4 de outubro do mesmo ano, e que daria definitivamente a independência ao Uruguai. Era formado

onde, no primeiro artigo, constava que o Imperador do Brasil declarava a Cisplatina separada do Império, “para que pudesse constituir-se em Estado livre e independente de toda e qualquer nação”, bem como no artigo segundo o Governo da República das Províncias Unidas concordava “em declarar a independência da província de Montevideú, chamada hoje Cisplatina”⁶³.

O Tratado de 27 de agosto de 1827 cria a Província da Cisplatina como Estado independente que, em 1830, após a promulgação de sua Constituição, passa-se a chamar República Oriental do Uruguai. Ainda nesse ano, Frutuoso Rivera é eleito seu primeiro presidente. Logo depois se insurge contra ele o general Lavalleja, com quem competiu nas eleições. A luta entre esses dois caudilhos no processo político uruguaio foi o embrião dos partidos nacionais: o *blanco*, que reunia os partidários do general Lavalleja (geralmente simpáticos à província de Buenos Aires), e o *colorado*, apoiadores de Rivera (mais propensos ao Império brasileiro). Os partidos se formaram, assim, em torno da influência exercida pelos caudilhos sobre as massas populares, que imprimiram às coletividades políticas a modalidade que lhes caracterizava⁶⁴.

1.3) Rosas na Argentina e a Grande Guerra no Uruguai: tempos difíceis para o Império

A sociedade platense pós-independência caracterizava-se pela heterogeneidade, fundada economicamente na pecuária de exportação. A elite era dividida em oligarquias rurais e burguesias mercantis, que “brigavam” pelo poder. As oligarquias eram compostas por estancieros e saladeiros (produtores de charque); as burguesias, por comerciantes que se encarregavam da exportação dos produtos do grupo anterior, controlando as capitais portuárias – Buenos Aires e Montevideú – e ficando responsáveis pela importação de manufaturas europeias. As oligarquias eram caudilhistas e

então o Estado uruguaio, tendo o compromisso de não unir-se à Argentina. DOCCA, Emílio Fernandes de Sousa Docca. A Convenção Preliminar de Paz de 1828: these formulada pelo Primeiro Congresso de Historia Nacional do Uruguay. Buenos Aires: Graphica Rosetti, 1929. 260p.

⁶³ SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. Op. cit. p. 374.

⁶⁴ “(...) El 10 de agosto de 1836 el presidente Oribe dictó un decreto haciendo obligatorio, para los que acompañaban al Gobierno, el uso de una divisa blanca con la inscripción ‘Defensores de las Leyes’. Los desafectos al Gobierno adoptaran entonces la divisa roja”. DEVOTO, J.E. Pivel. Uruguay Independiente. Barcelona: Salvat, 1949. p. 493.

favoráveis a uma federação com autonomia regional, o que conservava seu poder. Por outro lado, as burguesias desejavam um Estado forte e unitário que fosse capaz de submeter todo o território ao controle da capital⁶⁵. A Confederação Argentina possuía tais características e, até a ascensão de D. Juan Manuel de Ortiz Rosas, unitário, como Governador da Província de Buenos Aires em 1829, nela predominava a fragmentação e a luta constante entre os dois pólos. Ou seja, era a Argentina muito mais composta de uma “constelación de mini-estados”⁶⁶.

Em 1828, na Província de Buenos Aires, o general Lavalle depõe o Governador D. Manuel Dorrego, mas não consegue se sustentar no poder. No ano seguinte, vê-se na obrigação de tratar com D. Juan Manuel Ortiz de Rosas, chefe dos federais⁶⁷. Rosas, entretanto, não assume imediatamente, esperando que seja eleito governador de Buenos Aires após a convocação da legislatura provincial⁶⁸. Governa de 1829 a 1832, retornando ao poder em 1835 com plenos poderes.

Do ponto de vista social, o governo de Rosas concebeu um ordenamento social dividido por estamentos, com muita raiz feudal, onde estavam os muito ricos, os menos ricos e os pobres; os com posse e os sem posse; os que mandavam e os que obedeciam; os que nasciam para progredir e os que estavam destinados a vegetar. Não era essa uma ordem “fechada” e arbitrária, mas era sim muito difícil de violá-la. Nessas relações sociais, era muito comum e até mesmo sistemática a aplicação de penas e torturas. Essa “pirâmide social” permitia a Rosas nenhuma preocupação constitucional⁶⁹.

Assim, durante algum tempo, o Governador portenho conseguiu “conciliar” (ou impor) os interesses das oligarquias e das burguesias

⁶⁵ BANDEIRA, Moniz. Op. cit. p. 57.

⁶⁶ CISNEROS, Andrés e ESCUDÉ, Carlos. *Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI) / Grupo Editor Latinoamericano, 1999, Parte II, Tomo VIII: Las Relaciones con Europa y los Estados Unidos, 1881-1930, “Las relaciones políticas con Alemania (1880-1930). p. 159.

⁶⁷ Os “federalistas” argentinos, da facção de Rosas, eram próximos aos *blancos*, sendo os dois partidos vinculados aos proprietários rurais. Já os “unitários” eram geralmente ligados aos *colorados* uruguaios, sendo ambos afinados com as ideias da burguesia comercial dos portos. GOES FILHO, Synesio Sampaio. Op. cit. p. 240.

⁶⁸ SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas. Op. cit. p. 113.

⁶⁹ LANATA, Jorge. *Argentinos: desde Pedro de Mendoza hasta la Argentina*. Buenos Aires: Editora Argentina, 2001. p. 250.

argentinas, trazendo certa estabilidade, ainda que fosse pela base do medo e conseguindo, em 1832, consolidar uma Confederação sob o comando de Buenos Aires. Pouco a pouco, as Províncias Unidas argentinas voltaram a constituir um polo, mesmo que instável e assimétrico no início, oposto ao Brasil no subsistema regional, restaurando o caráter bipolar da bacia do Prata. Além disso, não havia organização mínima oposicionista:

“no Rio da Prata (...) a República igualitária estava distante de ser uma unanimidade. Embora oficialmente se apresentasse como um grupo coeso, a oposição ao regime rosista tinha suas contradições internas, ao englobar setores tão diversos”⁷⁰

Defendendo os interesses de Buenos Aires, o general portenho fecha o Rio da Prata e seus afluentes à livre navegação estrangeira, concentrando, conseqüentemente, o comércio exterior no porto da capital. Ainda, se recusou a nacionalizar as rendas alfandegárias deste porto. Prejudicadas, as províncias interioranas foram obrigadas a buscar uma rota alternativa e mais rentável para o escoamento de sua produção saladeril: o porto de Montevideú. Para garantir, então, seu controle sobre as províncias rebeldes, Rosas precisava controlar o Uruguai e, mais precisamente, Montevideú. Essa necessidade, aliada ao desejo de restaurar o Vice Reinado no Rio da Prata culminou na política expansionista de Buenos Aires⁷¹

O general uruguaio Lavalleja encontra em Rosas um general disposto a investir na sua luta contra o adversário Rivera. No Rio Grande do Sul, conforme José Antônio Soares de Sousa descreve em “O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas”, encontrou abrigo com o auxílio do Coronel brasileiro Bento Gonçalves. Em setembro de 1832, Santiago Vasques, ministro uruguaio, já denunciava a cumplicidade do coronel com o general Lavalleja. Bento Gonçalves fornecia reforço de homens e munições a Lavalleja, aumentando as queixas do governo do Uruguai junto ao Brasil. Além das

⁷⁰ SCHEIDT, Eduardo. Republicanismo na região platina à época da Revolução Farroupilha: um estudo de história comparada. In: HEINZ, Flávio M; HERRLEIN JR, Ronaldo (orgs.). *Histórias Regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. p. 182.

⁷¹ DORATIOTO, Francisco. Formação dos Estados Nacionais e a expansão do capitalismo no século XIX. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (orgs.). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: REVAN; Brasília: Editora da UnB, p. 167-238, 1998. p. 169.

queixas, Rivera comunicara ainda ao Brasil que a finalidade do seu adversário era também transformar o Rio Grande do Sul em uma província Uruguaia e, aliciando para esse fim, oficiais e soldados no Brasil.

Segundo José Antônio, os entendimentos entre Bento Gonçalves, Lavalleja e Rosas já existiam desde 1832. Correspondência da legação imperial em Buenos Aires, ainda na década de 1830, consta reclamações do Brasil, em vão, contra o fornecimento de cavalos e outros artigos de guerra que os rebeldes do Rio Grande do Sul obtinham com a Confederação Argentina⁷². Com essa configuração de alianças, o Brasil era arrastado para as turbulências do Rio da Prata, mas via-se incapaz de agir por encontrar-se acometido de revoluções internas – com destaque para a Farroupilha -, o que o deixava enfraquecido pela insubordinação geral e crise financeira, não podendo assim defender seus interesses na região do Prata. Em adição, havia o engessamento da política comercial brasileira provocado pelos tratados de vantagens comerciais assinados ao longo do Primeiro Reinado.

O governo imperial tentava amenizar as consequências, mas a “aliança” não era somente política: o Império estava convencido de que o comércio praticado entre os rebeldes e o Estado-Oriental era um grande entrave à submissão dos mesmos. Chegou a proibir que os súditos leais traficassem produtos orientais para evitar que alguma coisa caísse nas mãos dos republicanos⁷³, mas essa e outras ordens suas não eram cumpridas pelos funcionários encarregados de executá-las na fronteira com o Uruguai, pois estava em andamento o plano no Rio Grande do Sul, incitado por Lavalleja e “com os aplausos de Rosas”⁷⁴, de separação dessa província do Império brasileiro⁷⁵.

Encerrando o período presidencial em outubro de 1834, Rivera deixa o poder e, em março do ano seguinte, D. Manuel Oribe, indicado pelo seu antecessor, o substitui. Em 1835, no mesmo ano, Rosas assume pela segunda vez o governo de Buenos Aires, enquanto no Rio Grande do Sul Bento

⁷² Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE). 1851, p. 14.

⁷³ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A República Rio-Grandense e a praça de Montevideo (1836-1842). In: HEINZ, Flávio M; HERRLEIN JR, Ronaldo (orgs.). *Histórias Regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. p. 162.

⁷⁴ SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas. Op. cit. p. 115.

⁷⁵ Entre 1835 e 1845, a província do Rio Grande do Sul passou pela mais longa guerra civil da História brasileira, a Revolução Farroupilha.

Gonçalves rebelou-se contra a Regência. O plano do Gonçalves era que o Rio Grande do Sul se tornasse independente com ele no papel de ditador, tendo o apoio de Lavalleja e Rosas. Oribe, entretanto, no começo de seu governo, manteve-se contrário a Bento Gonçalves e a Lavalleja. Mas tal posição não perduraria muito. Por ser “demasiadamente ambicioso e bastante inteligente”⁷⁶ para se contentar com a sombra de Rivera, busca seu antigo partido, aliando-se com Rosas e herdando de Lavalleja a aliança com Bento Gonçalves. Começa a perseguir Rivera, que se revolta em julho de 1836. A luta entre os dois foi rápida. Rivera, derrotado, refugia-se no Rio Grande do Sul e lá o Brigadeiro Bento Manuel, um dos que compunham a revolução nessa província, passou a protegê-lo, transformando-o em um aliado da revolução⁷⁷.

Enquanto tentativas de acordos entre Montevideu e Rio de Janeiro ocorriam, Rivera recuperava-se da derrota para em breve voltar a combater o presidente Oribe. Este, no final de 1836, solicita ajuda a Rosas, deflagrando uma nova aliança entre os dois. Mesmo assim Oribe não consegue imprimir derrota o caudilho Rivera: o último acaba vencendo. Rosas, por sua vez, desencadeia contenda com o cônsul francês Aimé Roger, o que resulta no bloqueio do porto de Buenos Aires em 1838 pelo Almirante francês Le Blanc. Oribe, aliado do general portenho, não consente o pedido de Le Blanc de usar Montevideu como ponto de apoio contra o Governador de Buenos Aires, passando inclusive a perseguir os unitários sob o pedido do portenho⁷⁸.

O Almirante francês - ao dirigir esforços contra Oribe, em retaliação à sua negativa - “passou a ajudar Rivera [ainda que indiretamente] a derrocar o Presidente”⁷⁹. O confronto entre os dois uruguaios teve fim em Palmar, em junho de 1838. Oribe se vê restrito a Montevideu, “pois o resto do país passou a obedecer ao General Rivera”⁸⁰ e, pouco tempo depois, foi obrigado a deixar a

⁷⁶ SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas. Op. cit., p. 116.

⁷⁷ Ibid. p. 117.

⁷⁸ O governo argentino teve conflito com a França por diversas questões, mas sua origem residia na lei sancionada durante o governo ainda de Martín Rodríguez – de 1821, anterior a Rosas – que dispunha a obrigação para todos os estrangeiros possuidores de propriedades que exerciam arte, mecânica ou profissão liberal e, em geral, a todos que tinham residência maior de dois anos consecutivos na província de Buenos Aires, de inscreverem-se na Guarda Nacional para coadjuvar na defesa das fronteiras contra possíveis ataques de índios. SAN MARTIN, Antonio Carmelo. *Historia Argentina y Constitución Nacional de Ingreso: abogacia, notariado y procuración*. Buenos Aires: E. Perrot. p. 298.

⁷⁹ SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas. Op. cit., p. 118,

⁸⁰ Ibid. p. 119.

presidência e ir para Buenos Aires, onde Rosas deu-lhe proteção. Passado este episódio, Rivera reelege-se presidente. Os unitários “abandonados pelos franceses e pelo General Rivera, movimentaram-se sozinhos, numa luta desesperada contra o ditador”⁸¹ e armam uma conspiração que se instala em Buenos Aires para a queda de Rosas – que os persegue e os liquida –, colocando Oribe como comandante dos seus exércitos, para liquidá-los também nas Províncias.

À França, não convinha levar adiante a guerra e, em 29 de outubro de 1840, Rosas assina tratado pondo fim às desavenças entre os dois países. Com as relações normalizadas junto à potência europeia e fortalecido no interior graças às ações de Oribe, o general Rosas pôde voltar suas atenções para Rivera. Este general declara guerra a Rosas em 10 de março de 1839, mas o argentino revida. Oribe aproveita-se da situação e invade o território oriental colocando Montevideú sob sítio⁸².

A República Oriental do Uruguai, o “algodão entre dois cristais”, era a que mais sentia as consequências dos conflitos entre argentinos e brasileiros. O período transcorrido entre os anos de 1830 a 1839 não tem saldo favorável. O país não havia conseguido nenhum dos fins a que se havia proposto quando da promulgação da Constituição de 1830. Não firmou suas instituições; não solucionou seus problemas internacionais; não alcançou respeitabilidade que necessitava para se impor junto a seus vizinhos. A reorganização econômica não foi alcançada e seu crédito “quebrou”. Ao final desse período, seus vizinhos gravitavam perigosamente em seus problemas internos: enquanto Rivera se vinculava aos unitários e aos agentes franceses no Rio da Prata, Oribe buscava aliança com Rosas⁸³.

⁸¹ Ibid., p. 119.

⁸² Ibid., p. 121.

⁸³ DEVOTO, J. E. Pivel. Uruguay Independiente. In: CARDOZO, Efraim (org.). *História de America*. Barcelona: Salvat, 1949. p. 499.

2) O caminho para a intervenção

2.1) A neutralidade não era uma opção

Da Maioridade do Imperador até 1843, a direção da política externa brasileira foi conduzida por Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba, que manteve, durante todo o período, uma política de neutralidade “não opcional” em relação ao Prata. Era, como chamada por Amado Cervo, uma neutralidade “forçada”. A difícil situação financeira do Império e a necessidade de combater a revolução farroupilha que se instaurou no Rio Grande do Sul impediam o Brasil de agir enfaticamente frente às questões do Prata que o incomodavam. A própria falta de apoio do Parlamento ao governo no quesito política externa impedia maiores avanços⁸⁴. Logo, seria melhor uma neutralidade a um estado belicoso, pois uma intervenção mal sucedida poderia significar o aliciamento, de vez, da província pelos vizinhos resultando em uma separação definitiva para o Império. O problema, além de político, tinha também sua face econômica: o Brasil estava convencido de que o comércio praticado entre os rebeldes e o Estado Oriental era um grande entrave à submissão dos mesmos ⁸⁵.

Com Montevideu sitiada, França e Inglaterra começam a falar em mediação entre Rosas e Rivera, inclusive, se necessário impor essa negociação. Rosas, através do seu representante no Rio de Janeiro D. Tomás Guido, busca aliança com o Império contra Rivera, utilizando-se inclusive do argumento de que este último tinha se configurado como aliado notório dos farroupilhas insurgentes do Rio Grande do Sul. O governo imperial até mostrava-se disposto a uma intervenção nos assuntos uruguaiois, mas a favor de Rivera, e não de Oribe. Entretanto, havia inconvenientes para o Brasil: prestando socorro a Rivera, o Brasil estaria autorizando os países vizinhos a auxiliarem os rebeldes do Rio Grande do Sul; estaria, além do mais, provocando Buenos Aires, ligada a Oribe e oposta a Rivera, para uma guerra.

⁸⁴ CERVO, Amado. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores: 1826-1889*. 1ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. p. 45.

⁸⁵ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Op. cit., p. 162.

Seria uma política extremamente maléfica, ainda acrescentando o ataque indireto a Buenos Aires, que no momento atrai a simpatia das nações americanas, por se opor energicamente à França⁸⁶.

Nesse conturbado contexto, Aureliano deixa a pasta dos Negócios Estrangeiros e é substituído por Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, que agora deveria negociar um acordo com o governo portenho. Honório, logo que assume, deixa claro a Tomás Guido que a aliança contra Rivera somente seria feita caso o tratado definitivo de paz entre os dois lados fosse assinado. Mas o argentino queria o contrário: o tratado só viria caso a aliança contra Rivera fosse realizada. E conseguiu isso ao mostrar a Honório cartas que comprovavam a aliança do caudilho com os farrapos em revolução na província do Rio Grande do Sul. Além disso, as relações entre o Império e o colorado já estavam bastante deterioradas. Ao negar proteção militar quando Oribe e as forças de Rosas o atacaram, o governo Imperial provocou a fúria de Rivera, fazendo-o, além de apoiar abertamente os rebeldes do Rio Grande, perseguir os monarquistas e abolir a escravatura no país, em forte ataque à ordem social brasileira. Em 24 de março de 1843, Brasil e Confederação Argentina,

“desejando restabelecer a paz na República Oriental do Uruguay e na Província de Rio Grande de São Pedro, e tendo em vista que ‘os rebeldes da dita província se tem aliado e unido a Fructuoso Rivera, para fazerem a Guerra ao Império e à Confederação Argentina, como provam os documentos autênticos de que ambos os governos estão de posse’, entravam em acordo para pacificar a região através de um ‘tratado de aliança ofensiva e defensiva’”⁸⁷.

O tratado de aliança contra Rivera é finalmente assinado por Honório Hermeto Carneiro Leão e D. Tomás Guido. A convenção deveria ser ratificada em Buenos Aires em um prazo de cinquenta dias, mas, com Oribe quase em Montevideú e o Império sem conseguir ainda encerrar a Farroupilha, Rosas,

⁸⁶ Ibid. p. 47.

⁸⁷ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Op. cit. p. 165-166.

que nunca quis amarrar-se ao Império brasileiro⁸⁸ e esperando mais concessões do Brasil⁸⁹, decidiu por não ratificar⁹⁰.

Essa recusa, por parte do argentino, provocou a volta à neutralidade brasileira em relação ao Prata. Na verdade, os dois lados, o Império brasileiro e Buenos Aires de Rosas, buscavam objetivos irreconciliáveis e contraditórios. Rosas queria absorver o Uruguai com a vitória de Oribe, pois esse último sendo reconhecido presidente legal do país, poderia aderir à confederação. O Brasil, por outro lado, tentava impedir que isso acontecesse através da renovação por Buenos Aires do compromisso de que Rosas respeitaria a independência uruguaia, como previsto na Convenção Preliminar de 1828.

Obviamente, nenhum dos dois conseguiu alcançar o que queria e, a partir daí, as relações entre Rio de Janeiro e Buenos Aires tenderam à piora. Após enviar em missão a Montevideú João Lins Cansanção de Sinimbu (Visconde de Sinimbu), Honório é substituído na pasta dos Estrangeiros por Paulino José Soares de Sousa (futuro Visconde do Uruguai). O novo ministro pensava em implementar uma política de neutralidade de expectativa, até que a situação interna do país se acalmasse e permitisse a mudança para uma política “mais firme, não a favor de um ou outro caudilho, mas em defesa dos interesses vitais do Brasil que estavam em jogo”⁹¹.

Apesar da aparente calma no Rio da Prata, os incidentes diplomáticos que se sucederam levavam a uma total deterioração das relações entre o Império e Rosas. Em Montevideú, Sinimbu entendeu que o momento era propício a uma intervenção do Império e não reconhece o bloqueio argentino à capital uruguaia, imposto por Rosas. O almirante brasileiro Pedro Ferreira de Oliveira, a mando de Sinimbu, rompe o bloqueio da Confederação Argentina tentando forçar livre acesso à Montevideú⁹².

Essa atitude, embora não endossada pelo governo imperial do Rio de Janeiro, desencadeou no pedido de passaportes do diplomata brasileiro

⁸⁸ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 62.

⁸⁹ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Op. cit., p. 166.

⁹⁰ No entanto, em relação à Farroupilha, o Tratado teve utilidade: ficou claro para Don Fructo (Rivera) o risco de manter relações com os rebeldes. A partir de então, reivindicaria posição de pacificador entre Império e litigantes brasileiros. Ibid., p. 166.

⁹¹ SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas. Op. cit., p. 123.

⁹² RIBEIRO, Duarte da Ponte. *As Relações do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata de 1829 a 1843*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1936. p. 79.

Duarte da Ponte Ribeiro em Buenos Aires. Sendo o Ministro Paulino contrário a qualquer aliança com Rivera, ainda que indiretamente por intermédio do governo de Montevideu, mandou que Sinimbu voltasse atrás e reconhecesse o bloqueio⁹³. O episódio sugere a ausência de uma coordenação e homogeneidade acerca de qual posição era mais adequada – dadas as circunstâncias – para o Império em relação ao Prata e, principalmente, à Rosas.

A atitude contrária do Império – i. e., o apoio à ação de Sinimbu – significaria um rompimento com a Confederação Argentina e uma aliança com um governo sem recursos – o de Montevideu – fazendo com que a guerra fosse inevitável e inteiramente custeada pelo Brasil, o que para Paulino seria um péssimo negócio: “nas circunstâncias melindrosas em que se acha o Império, principalmente pelo lado das finanças, aconselha a prudência que não demos passos que nos possam arrastar a uma guerra, senão no último caso, depois de esgotados todos os meios”⁹⁴.

As relações entre o governo Imperial e o General Rosas deterioravam-se. Além das rixas provocadas pelo bloqueio, no mesmo ano de 1843, segundo Moniz Bandeira, enquanto o governo imperial tentava com Rosas a reabertura das conversações, enviava José Antônio de Pimenta Bueno a Assunção como encarregado de negócios e cônsul geral para reconhecimento da independência do Paraguai e para, se possível, negociar um Tratado de Amizade Comércio e Navegação. O ministro Paulino sai da pasta dos Negócios Estrangeiros em 1844, e o que permanece é a mesma neutralidade “cheia de espinhos e dificuldades.”⁹⁵

Pimenta Bueno só chegou a Assunção em 18 de agosto de 1844 e, menos de um mês depois, reconhecia solenemente em 14 de setembro a independência do Paraguai. O reconhecimento desencadeou em um protesto argentino, o qual foi contra-protestado pelo ministro Limpo de Abreu que, além de explicar o reconhecimento como um ato político, defendeu com

⁹³ BANDEIRA, Moniz. Op. cit. p. 94.

⁹⁴ SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas. Op. cit., p. 124.

⁹⁵ CERVO, Amado. Op. cit., p. 53.

veemência aquela independência, o que “exacerbou a quizília do Ditador [Rosas]”⁹⁶.

O Paraguai adotara posição isolacionista desde o início do regime de Dr. José Gaspar Rodríguez Francia, em 1814, talvez por receio das aspirações expansionistas de Buenos Aires, desde a independência ansiosa por remontar o território do Vice-Reino do Prata, bem como do Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves, que anexou a Banda Oriental ao seu território. O Governo Imperial, em 1824, enviou o diplomata Antônio Manuel Corrêa da Câmara ao vizinho guarani com objetivo de firmar tratados, incluindo o reconhecimento da independência paraguaia. A missão não obteve sucesso e o assunto ficou adiado⁹⁷.

Em 1843, José Antônio Pimenta Bueno parte em missão ao Paraguai com o intuito de formalizar as relações diplomáticas deste com o Império. O fim do regime de Francia trouxe novas perspectivas e um cenário mais favorável que o enfrentado por Corrêa da Câmara. O Governador Rosas, de Buenos Aires, também foi elemento de aproximação entre os dois países – Brasil e Paraguai – por constituir inimigo comum, embora por diferentes razões. Por mais que não fosse guiado por razões humanitárias, o Império brasileiro buscava garantir a independência do Estado guarani. Parecer do Conselho de Estado já precavia o Brasil de que, em caso de guerra com Buenos Aires, o Paraguai não poderia ser abandonado com seus próprios recursos, por perigo perder sua independência e ser incorporado à Confederação Argentina.

Após a morte de Francia, seu sucessor, Carlos Antônio López, imprimiu reformas com vistas à superar o isolacionismo do Paraguai⁹⁸. Apesar de possuir recomendações do Conselho de Estado de negociar tratados com outros aspectos como limites e comércio, a missão de Pimenta Bueno foi exitosa somente no reconhecimento da independência do país vizinho.

A ideia inicial da missão era a assinatura de um Tratado mais amplo com o Paraguai, que abarcasse limites, comércio, aliança, navegação. As demandas dos paraguaios em relação aos limites não foram acatadas, pois

⁹⁶ SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas. Op. cit., p. 126.

⁹⁷ VERANO, Pedro H. *As Instituições Políticas do Império e as Relações com o Paraguai (1840-1853)*. Dissertação de Mestrado. p. 40.

⁹⁸ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

alegavam os guaranis que a base deveria ser o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. Chegaram muito próximo de uma aliança militar defensiva contra o Governador Rosas. Porém, com o surgimento de uma aliança ofensiva entre Paraguai, Corrientes e o General Paz (argentino), o Império abandona tais pretensões com receio de ser “arrastado” para uma guerra para a qual não estava preparado. O tratado de navegação também é abandonado pelo Império: ainda não havia uma doutrina consolidada de navegação internacional e, por isso, o Brasil, ao assinar tal acordo, poderia estar “abrindo” à navegação seus rios interiores à nação vizinha⁹⁹

2.1) Mudança à vista

Em 1844 inicia-se um período caracterizado pela ascensão e, mais tarde, apogeu de uma política brasileira de potência regional. No final da década de 1840, ela começa a ser autoformulada, contínua e racional¹⁰⁰, por ser guiada por objetivos próprios. A região do Prata será a área em que essa política, de Império¹⁰¹, será colocada em prática. Além da debilidade dos Estados vizinhos em articularem-se internamente, a consolidação do Estado nacional brasileiro e a dispersão de forças no subsistema platino abriram espaço para a mudança da posição do Brasil em relação ao Prata. A mudança gradual no poder relativo do Brasil iria ser aproveitada para uma modificação em sua política externa para o Prata.

Até a política de intervenção do início da década de 1850, houve uma intensa instabilidade na titularidade dos Negócios Estrangeiros: nada menos que oito ministros se sucederam. Nesse período, manteve-se a neutralidade efetiva, não por opção (mais uma vez), mas em função da ausência de uma política definida e apoiada pela elite brasileira. Segundo Amado Cervo em “O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores”, os meios políticos do Brasil

⁹⁹ VERANO, Pedro H. Op. cit., 47-60 pp.

¹⁰⁰ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. Op. cit.

¹⁰¹ Pois, embora fosse conduzida nos moldes do imperialismo, não era uma política expansionista. DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. Op. cit., p. 236.

possuíam, nesse período, quatro alternativas: a reaproximação com Rosas, marchar contra ele por meio da aliança paraguaia, marchar contra ele com França e Inglaterra ou confrontá-lo diretamente com ou sem alianças. Isso demonstra que, até a intervenção, o que se tinha era uma política brasileira para Rosas, onde tudo se definia a partir dele, e não uma política para o Uruguai ou Paraguai.

Havia também a divisão no próprio corpo diplomático e nos meios políticos brasileiros sobre a figura de Rosas. Para alguns, tal figura causava simpatia, enquanto para outros, ela invocava ódio. Essa indefinição por uma política externa para o Prata levava a província do Rio Grande do Sul a optar por uma política externa própria, que defendia seus interesses locais. Além disso, no Parlamento, onde eram debatidas as questões de política externa e, conseqüentemente, da política platina, o que prevalecia até 1847 era o pensamento neutralista da corrente tradicional, acompanhado de outros, em menor quantidade, que pediam a mudança.

Mas também não era certo qual mudança: bom senso e equilíbrio, isolamento ou ativismo, até mesmo expansionismo¹⁰². Para Rosas, a hesitação brasileira era vista como covardia¹⁰³ e, essa ausência de uma política mais efetiva decepcionava o Paraguai, Montevideu, os gaúchos e os matogrossenses. Esse quadro geral era insustentável a longo prazo, tendendo ou ao entendimento definitivo entre a Província de Buenos Aires e o Império ou ao confronto entre os dois.

Um entendimento entre Rosas e o Brasil mostrava-se inviável, pois as exigências brasileiras significavam o sacrifício das pretensões hegemônicas de Buenos Aires na região. O Império julgava necessários para a ação conjunta bilateral um tratado definitivo de paz, a garantia da independência do Uruguai, o reconhecimento da independência do Paraguai, o reconhecimento dos limites do sul através do *uti possidetis de facto*, o estabelecimento de um comércio regional regular e o aproveitamento das pastagens uruguaias para o abastecimento de charque, necessário ao Brasil, além, é claro, da livre navegação do Rio da Prata e seus afluentes.

¹⁰² CERVO, Amado. Op. cit. p. 46.

¹⁰³ CERVO, Amado. CLODOALDO, Bueno. Op. cit.

O breve desejo de mudança na política platina iniciado em 1844 com o reconhecimento da independência do Paraguai, observou um recuo em 1845, com a intervenção no Rio da Prata pela França e Inglaterra. Esses dois países europeus foram consultadas sobre a possibilidade de uma aliança em uma intervenção no Prata¹⁰⁴, mas essa lhe é negada e as duas potências, em 1845, intervêm sem levar em conta os interesses brasileiros. A comunidade britânica em Montevideú reclamara à Londres sobre a situação crítica em que se encontravam: o sítio à Montevideú e o bloqueio à livre navegação no Prata por Rosas prejudicava substancialmente o comércio na região. Lord Aberdeen tratou então de obter um tratado daquela praça, em troca do qual prometia socorro. Procurou o apoio da França à sua ação. Tentando reverter o isolamento de Montevideú, em 26 de setembro de 1845, a esquadra anglofrancesa bloqueou Buenos Aires, a costa da República (dominada por Oribe) e ocupou a ilha de Martín Garcia, o que assegurou por um breve período a navegação livre dos rios e o comércio da capital uruguaia¹⁰⁵.

A aliança bilateral anti-rosista empreendida com o Paraguai no reconhecimento de sua independência fez parte de uma tentativa do ministro Paulino José de firmar uma política de cooperação entre os Estados do Prata contra Rosas, em uma possibilidade de contrabalançar o caudilho portenho. Mas a pretensão se revelou sem consequências e, com a saída de Paulino, a política é novamente mudada. Ao invés de aproveitar a articulação com o Paraguai em torno de interesses comuns, o Brasil se volta para a Europa.

Mais um agravante em 1849 é somado à difícil situação do Império. O presidente do Paraguai Carlos Antônio López, em uma tentativa de vingar-se de Rosas, por esse não ter reconhecido a independência paraguaia, invade Corrientes. Rosas recrimina o governo brasileiro, pensando acreditar que tal invasão foi auxiliada pelas autoridades do Brasil. Assim, a posição do Brasil na região do Prata só piorava: López hesitava entre Rosas, Corrientes, os europeus e o Império; os gaúchos enfrentavam Oribe, em uma guerrilha de

¹⁰⁴ O Império “sondou”, também, os Estados Unidos para a mesma possibilidade, com o argumento de que assim evitariam a intervenção de França e Inglaterra, que poderiam adquirir uma influência dominante. BANDEIRA, Moniz. Op. Cit., p. 143.

¹⁰⁵ BANDEIRA, Moniz. Op. cit. p. 100.

fronteira; Montevideú resistia graças ao apoio francês, que ameaçava se esgotar e Rosas derrotava os europeus alcançando a glória¹⁰⁶.

Em 1849 volta ao Ministério dos Negócios Estrangeiros Paulino José Soares de Sousa. Encontrando as questões que deixara em 1844 ainda sem solução e exacerbadas, se prepara para implementar a política que tentou ainda cinco anos antes: conservadora, americanista, de aliança paraguaia, rompendo com a tradição neutralista dos gabinetes da regência e dos liberais da maioria¹⁰⁷. Com a conhecida Trindade Saquarema, o governo que assumiu o poder no Brasil

“em setembro de 1848, especialmente depois de outubro de 1849, quando o Marquês de Monte Alegre substituiu Olinda na presidência do Conselho de Ministros, provou ter sido de longe o mais forte desde a independência. A exemplo dos governos conservadores de 1837-1840 e, mais particularmente, de 1841-1844, ele representou uma aliança entre, de um lado, os burocratas e magistrados e, de outro, os proprietários rurais, sobretudo os fazendeiros de café da província do Rio de Janeiro. Suas figuras dominantes foram Paulino José Soares de Sousa (Relações Exteriores) e Joaquim José Rodrigues Torres (Finanças), além de Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso da Câmara (Justiça)”¹⁰⁸.

Mas as condições para a implementação haviam mudado. E para melhor. A partir desse ano, a política externa brasileira assiste a um crescente fortalecimento. Examinando o quadro platino, Soares de Sousa entendeu que “a intenção de Rosas era procrastinar a solução de suas rixas com o Império, até desvencilhar-se de Montevideú e poder atacar o Rio Grande do Sul”¹⁰⁹. Paulino percebeu que era necessária a solução de somente mais algumas medidas para que ele pudesse mobilizar os crescentes recursos brasileiros a favor da nova política.

¹⁰⁶ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. Op. cit., p. 113.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ BETHELI, Leslie (Org.). O Brasil da Independência a meados do século XIX. In: *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo: EDUSP/FUNAG, 2001. p. 763.

¹⁰⁹ SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas. Op. cit., p. 127.

A implementação da tarifa Alves Branco, em 1844¹¹⁰, a expansão das exportações cafeeiras, o término dos tratados de comércio desfavoráveis do primeiro reinado¹¹¹ e a liberação de capitais antes investidos no tráfico negreiro melhoraram substancialmente os cofres do Império e, no final da década, o Brasil conheceu fase de grande expansão econômica¹¹². O sufocamento das rebeliões Farroupilha e Praieira também contribuiu para suficiente estruturação do Estado brasileiro, permitindo uma política ativa em relação ao Prata¹¹³. A guerra era vista como inevitável e o Ministro tratou de assegurar que ela fosse a favor do Império. Moniz Bandeira, em “O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata”, observa que, nos meados da década de 1840, contando com território e população

“de cinco a dez vezes superior à de qualquer outro país da América do Sul, e um aparelho de Estado capaz de empreender, internacionalmente, uma ação autônoma, tanto diplomática quanto militar, o Império do Brasil, assegurada sua tranquilidade interna, pôde então exprimir-se como grande potência, em face da bacia do Prata”¹¹⁴.

A mudança em direção à uma política ofensiva, para o futuro Visconde do Uruguai, era uma questão de defesa do interesse nacional. A ideia de intervir no Prata estava ligada ao desenvolvimento do Brasil.

A primeira medida que toma o Ministro é romper com Buenos Aires. Fortalecido da vitória contra o bloqueio anglofrancês, Rosas não hesitaria em

¹¹⁰ Em 1844, o governo do Rio de Janeiro dobrou os direitos alfandegários para [tarifas que giravam em torno de] 30%. No caso dos produtos em que as importações eram maiores [e que já possuíam uma produção local] – bebidas e têxteis – o aumento foi de 40 a 60%. Tal medida, instituída pelo ministro da Fazenda Manuel Alves Branco, aumentou a arrecadação do tesouro nacional. BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 91.

¹¹¹ “O Tratado de Comércio, firmado por D. Pedro I [em 1827], expirou em 1842. O Império do Brasil não concordou em renová-lo e a vigência da tarifa de 15% ad valorem, favorecendo maciças importações de manufaturas, acabou, ao fim de um ano, juntamente com todos os privilégios concedidos à Grã-Bretanha”. BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 137.

¹¹² ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica: as relações econômicas internacionais no Império*. 1ª ed. Brasília: Funag, 2001. p. 199. O Governo imperial dobrou de 15 para 30% os direitos alfandegários e, no caso dos artigos de importações mais volumosas, elevou-os para entre 40 e 60%.

¹¹³ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. Op. cit., pp. 25-26.

¹¹⁴ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 158.

levar em frente seu plano expansionista de restabelecer o Vice-Reino do Prata, incorporando inclusive a província do Rio Grande do Sul. Essa percepção era o principal elemento no cálculo político de Paulino¹¹⁵. Ao apontar uma ameaça externa – com a quebra do relativo equilíbrio entre os Estados platinos, tentava fortalecer a unidade nacional brasileira. Tal ato desencadeou um debate sobre a situação brasileira na região e a necessidade de intervenção, o que fez com que as pretensões do ministro alcançassem o apoio dos meios políticos.

Desde 1847, a neutralidade, vista até então como a melhor política, começa a ser repensada no Parlamento. O mal estar gerado pelos resultados da política da neutralidade seguida pelo Brasil, como as intervenções franco-britânicas no Prata, o tom das comunicações da chancelaria de Rosas e o receio de o Uruguai e o Paraguai estarem incluídos nos projetos anexionistas do caudilho portenho propiciam o surgimento de uma vontade de abandonar tal imobilismo, porém com muita hesitação¹¹⁶. Como aponta Amado Cervo, enquanto as vias do direito, da reciprocidade e das negociações foram exitosas, elas foram endossadas pelos parlamentares. Mas fatores como o risco de ruptura, a consciência de uma certa superioridade por parte dos parlamentares brasileiros, produziram novos desdobramentos doutrinários¹¹⁷.

A opção de mudança da política externa brasileira para o Prata ganha maiores adeptos em 1848, quando os representantes do Rio Grande do Sul trazem um novo elemento à tona: a situação dos brasileiros que residiam no Uruguai. Os interesses desses continuavam a ser prejudicados por uma luta desastrosa e prolongada¹¹⁸. Segundo os parlamentares rio-grandenses, a situação dos brasileiros na república vizinha era insuportável: o pesado imposto criado sobre a cabeça de gado que volta (do Uruguai para o Rio Grande do Sul) e a proibição da passagem de gado para a província brasileira

¹¹⁵ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. Op. cit. p. 114.

¹¹⁶ CERVO, Amado. Op. cit. p. 54.

¹¹⁷ CERVO. Op. cit. p. 16.

¹¹⁸ Ibid. p. 56.

imposta por Oribe¹¹⁹ impediam o desenvolvimento da economia charqueadora da região¹²⁰. Essa conduta exprimia atitude essencialmente imperialista dos súditos brasileiros em relação ao país vizinho. Afinal, o Uruguai, como país soberano e não mais anexado ao território brasileiro desde 1828, tinha o direito de regular sua economia e impor as taxações que achasse necessárias para seu desenvolvimento.

Fato é que o Império endossou essa visão e o Ministro Paulino, em 1849, garantiu que as queixas dos brasileiros contra Oribe tinham a sua atenção e a do Governo. Referia-se ele à solidariedade ministerial, que no passado definiu as diretrizes sem a conciliação parlamentar: a política “da neutralidade nas questões do Prata, que meus antecessores seguiram, tem parecido até hoje a mais segura e conveniente”¹²¹. A Fala do Trono¹²², dias após a afirmação do ministro, endossava a vontade de remover as causas de tais insatisfações. Segundo Amado Cervo, tal fala podia ser entendida como uma alusão à nova política brasileira no Prata, agora diretamente interessada em por fim aos conflitos locais¹²³, subjugando, naturalmente, os uruguaios. E assim começa o apoio do Parlamento à política que Paulino desejava implantar. E, desde o início de 1850, e principalmente em 1851, o ministro dos Negócios Estrangeiros detém o apoio da maioria do Parlamento por uma política ativa do governo, que incluísse a intervenção armada:

“quase todos os pronunciamentos na Câmara são favoráveis a uma mudança de política com relação ao Prata, que passaria pelo abandono da neutralidade, chegando à intervenção, [...] independentemente das filiações partidárias. A iminência da guerra unia a todos que pensavam a política externa, como se fossem responsáveis pelas decisões”¹²⁴.

¹¹⁹ “Oribe, com o domínio sobre os campos, atacou os interesses dos charqueadores brasileiros, assegurando a liberdade dos escravos fugitivos e proibindo a transferência de gado para o território brasileiro”. BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 101.

¹²⁰ Ibid. p. 56.

¹²¹ CERVO, Amado. Op. cit. p. 57.

¹²² A Fala do Trono era proferida pelo imperador em uma cerimônia anual, que se realizava na abertura e no encerramento da Assembleia Geral. Esta era a única ocasião em que o Imperador era visto portando a Coroa Imperial, o Cetro e os trajes majestáticos.

¹²³ CERVO, Amado. Op. cit. p. 57.

¹²⁴ Ibid. p. 57.

A intervenção se fundamentava, para o Parlamento, no que conveniente se chamou de interesse nacional: o “apelo ao sentimento nacional, exacerbado pelas humilhações impostas da parte das grandes potências, tem no Prata uma válvula de escape, na medida em que pode lavar-se aqui a honra e a dignidade nacional”¹²⁵.

Conseguindo mobilizar os recursos com apoio do Parlamento, do Imperador e do Conselho de Estado e, assim, aumentando o poderio que utilizaria em sua empreitada, Soares de Sousa tratou de garantir que os rebeldes do sul não se aproveitassem da intervenção brasileira no Prata para se debandarem para o lado inimigo, nomeando o senador Conde de Caxias como presidente da província do Rio Grande do Sul, homem de sua confiança e, em 16 de junho do mesmo ano, 1851, nomeando-o também para o cargo de Comandante-Chefe do Exército Brasileiro. A finalidade dessa decisão era organizar o exército para o conflito que se encaminhava na região do Prata.

Para garantir o êxito na operação, o Império precisava resolver a questão do tráfico de escravos com a Inglaterra, para eliminar o estado de quase-guerra entre os dois. Em seu Relatório de 1849 o ministro inicia sua ofensiva ao proferir que “a questão do tráfico é inquestionavelmente uma das de maior transcendência” das nossas relações internacionais. Discursa no Parlamento diversas vezes até da aprovação da lei Eusébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico. O apoio inglês ao governo de Rosas também teria que ser eliminado. A pedido do Visconde do Uruguai, D. Pedro II aciona a diplomacia familiar “obtendo por meio de pressões do rei dos belgas sobre a rainha Vitória e desta sobre o chefe do governo”¹²⁶. Palmerston, representante da Inglaterra em Buenos Aires, teria que passar do apoio a Rosas e consequente hostilidade ao Brasil para a neutralidade. Além disso, Paulino tinha que manter a Inglaterra longe do possível conflito e eliminar quaisquer suspeitas dessa de que o Brasil romperia com a Convenção de 27 de Agosto de 1828.

Southern, chefe da legação britânica na Argentina, escreve a James Hudson (chefe da legação britânica no Brasil) perguntando-lhe a respeito de uma possível guerra do Brasil com a Confederação Argentina, devido às

¹²⁵ CERVO, Amado. Op. cit. p. 16.

¹²⁶ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. Op. cit. p. 115.

remessas de tropas para o Rio Grande e da partida de navios para reforçar a esquadra brasileira no Rio da Prata. Hudson procura José Paulino, inquirindo-o se este não achava justificável a aplicação do artigo 18 da Convenção¹²⁷. O Ministro Paulino busca então explicar-lhe o artigo, tentando convencê-lo de que esse não era o caso, pois, primeiro, porque não se tratava de questões suscitadas por ocasião do tratado definitivo de paz e segundo, porque o artigo falava de guerra entre o Brasil e a Confederação Argentina. Em seu discurso proferido no Senado na sessão do dia 29 de maio de 1852, Paulino contou como se deu a sua defesa na conversa com o inglês:

“Ora, não há entre o Brasil e a Confederação Argentina questões de que possa nascer uma guerra. As questões que resumem a invasão do barão de Jauhy são com Oribe, que é um simples general, e que não está reconhecido como chefe de um governo regular. É verdade que o governador Rosas toma a si questões, mas não basta esse fato para impor ao Brasil a obrigação do art. 18 da convenção, quando ele fosse aplicável. O governo imperial tem repellido essa ingerência [...]. Não temos que declarar guerra ao general Rosas por negócios com Oribe. Se atacarmos a este não tem aplicação o artigo, que somente fala do Brasil com a Confederação Argentina. Se o general Rosas se vir meter com armas na questão, é ele o agressor, e a ele tocaria fazer a intimação, caso o art. 18 fosse aplicável. O governo imperial não tem a intenção de declarar a guerra a Rosas. Prepara-se para se defender se for agredido, e porque estando preparado mais provável é conservar a paz. Se o general Rosas se dispuser a absorver a República do Uruguai e mesmo o Paraguai, e daí vier rompimento de guerra, não teria igualmente aplicação o artigo, que supõe, com toda a convenção, a República do Uruguai independente. Nesse caso a mesma Inglaterra está comprometida, bem como a França, a manter essa independência. Não poderia vedar aquilo mesmo que ela é obrigada a fazer.”¹²⁸

¹²⁷ Art. 18 da Convenção: “Se, o que não é de se esperar, as Altas Partes Contratantes não chegarem a ajustar um Tratado definitivo de paz, por questões que possam ser suscitadas, em que não concordem apesar da mediação de sua Majestade Britânica, não poderão ser renovadas as hostilidades entre a República [da Confederação Argentina] e o Império antes de passados os cinco anos estipulados no art. 10, e nem depois de vencido este prazo as hostilidades poderão romper-se sem a prévia notificação feita reciprocamente seis meses antes, com o conhecimento da potência [Inglaterra] mediadora.

¹²⁸ CARVALHO, José Murilo de (Org.). Paulino José Soares de Sousa: Visconde do Uruguai. 1ª ed. São Paulo: 34, 2002. pp. 592-593.

Para concluir o sistema de alianças no Prata contra o general Rosas, Paulino enviara representantes do Império a países vizinhos, entre eles Duarte da Ponte Ribeiro, para contra-arrestar Rosas, obtendo-as de Carlos Antônio López e dos governos de Montevideú, Corrientes e Entre-Rios, “com a finalidade de eliminar Oribe em um primeiro tempo e trazer Rosas à guerra para voltar essa aliança contra ele em um segundo tempo”¹²⁹. Esse era o jogo do Visconde do Uruguai: impedido de entrar em confronto direto com a província de Buenos Aires devido à Convenção, seu plano era atacar o aliado de Rosas primeiro para esse atacar o Brasil, permitindo o contra-ataque do Império.

No interior da Confederação Argentina, a resistência ao ditador Rosas crescia. No final da década de 1840, as planícies de Buenos Aires estavam divididas em estâncias que mantinham cerca de três milhões de cabeça de gado. Eram animais de qualidade inferior, criados em campo aberto; mas produziam couro e charque – o que o mercado pedia¹³⁰. As províncias litorâneas e as do interior diferiam da capital portenha em vários aspectos. Primeiro, eram menos prósperas – as guerras de independência e as guerras civis prejudicaram substancialmente a economia de Entre-Ríos e Corrientes, retardando o seu desenvolvimento. E, “quando, finalmente, começaram a recuperar-se, encontraram uma Buenos Aires já dominante, decidida a monopolizar o comércio e a navegação – e as rendas alfandegárias daí provenientes – e a ditar uma política de livre comércio”¹³¹. Justo José Urquiza, governador de Entre-Ríos, aparece então como a opção de levante contra Rosas.

E, junto a isso, a possibilidade de um ataque portenho a Montevideú e, por conseguinte, ao Império através do Rio Grande do Sul, fez com que Paulino procurasse o apoio financeiro de Irineu Evangelista de Sousa para sua empreitada. O Ministro inicia as negociações com Mauá para a sustentação financeira da praça de Montevideú contra Oribe, após a retirada dos franceses

¹²⁹ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. Op. cit. p. 115.

¹³⁰ BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 628.

¹³¹ *Ibid.*, p. 631.

em 1850¹³², bem como um empréstimo que auxiliaria na reunificação do Uruguai – com o Governo que o Império simpatizava. Tentaria impedir, assim, a ocupação da República Oriental por Rosas e seu exército. O Uruguai seria, certamente, o local onde os “dois cristais” se chocariam, entrando em combate.

O sistema de alianças não estaria completo sem a presença de províncias argentinas insatisfeitas com o Governo de Rosas. Seria necessário arregimentá-las através de “incentivos”, que garantissem uma luta em condições menos desiguais em relação a Rosas. O Ministro Paulino encontra no general Urquiza a pessoa certa para negociar, e acaba por oferecer à ele um empréstimo nos mesmos moldes ao realizado com o Uruguai.

Era a Diplomacia do Patacão¹³³ sendo praticada.

¹³² CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. Op. cit., p. 115.

¹³³ Designação comum a várias antigas moedas portuguesas, brasileiras, espanholas e sul-americanas. O termo *patacão*, além de ter sido utilizado geralmente para referir-se a moeda de grande tamanho, como, por exemplo, as moedas de 640 e 960 réis, foi também utilizado para referir-se à antiga moeda de prata de 2.000 réis. Os patacões utilizados nos empréstimos à Confederação Argentina e ao Uruguai correspondiam a 1.920 réis. ALMEIDA, Paulo Roberto de. Op. cit., p. 200.

Capítulo 3 - A Diplomacia do Patacão

3.1) O patacão na Diplomacia

A posição em que se encontrava o Império em 1849 e no início de 1850 era a seguinte: estavam rompidas as relações com Buenos Aires e com o general Oribe; o Império só recebia recusas destes para adoção de providências que fizessem cessar as violências e extorsões cometidas contra os súditos do Império¹³⁴. O Império não estava preparado para nenhuma eventualidade de guerra. O exército que possuía no Rio Grande do Sul, naquele momento, não excedia cinco mil praças, além de quase dois mil homens da Guarda Nacional. Não possuía o Brasil uma só aliança. O Paraguai, cujo reconhecimento de independência tinha agravado os atritos com Rosas, lançava-se à procura de apoio do portenho¹³⁵.

Em 1849, os representantes de Buenos Aires adotavam resolução em que, como disposto em seu artigo 3, Rosas ficava autorizado para dispor, “sem limite algum, de todos os fundos, rendas e recursos de todo o genero da provincia, até que faça effectiva a reincorporação da província do Praguay á Confederação Argentina”¹³⁶. O Ministro Paulino, através do Relatório de 1851, opinava que, livre da intervenção anglofrancesa, o general Rosas, com seu poder firmado no Estado Oriental através da pessoa de Oribe, cumpriria o movimento de reincorporar o Paraguai e vir sobre o Império com forças e recursos maiores, desaparecendo aí, também, a independência do Uruguai¹³⁷.

Paulino previa que mais cedo ou mais tarde uma luta geral eclodiria e que o Império seria, inevitavelmente, arrastado para o conflito. Julgou assim por necessário tomar providências: cuidar do exército e da esquadra, aumentando as forças próximas à região platina; evitar que a Praça de

¹³⁴ RRNE, 1851. p. 19.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Ibid., p. 20.

Montevidéu caísse em poder do general Oribe e, conseqüentemente, de Rosas; promover e aceitar alianças¹³⁸.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros iria implementar uma nova política platina, de cunho intervencionista, pois “cumpria prevenir-nos, e antes que o governador de Buenos Aires nos trouxesse a guerra, escolhendo para isso a ocasião que lhe fosse mais propícia, levar-lha”¹³⁹. José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, apoiava a iniciativa no *Jornal do Commercio*, deixando imprimir que a mudança na política externa tinha aspecto civilizatório:

“qualquer, porém, que seja a opinião dos adversários do Governo sobre a marcha que tem seguido nossa política exterior, no estado a que chegou, não é moralmente possível que haja patriota tão apaixonado que não veja a humilhação a que exporia o país, os transtornos que lhe causaria, se sua voz se elevasse para condenar essa política. [...] A nossa questão com Oribe, tenente do ditador de Buenos Aires, é uma questão de segurança para o presente e para todo o sempre; é uma questão de progresso e civilização para nossos vizinhos, para a humanidade em geral. Que brasileiro, sem estar possuído de um fanatismo que me custa a compreender seja possível, se atreverá a contrariar o Governo de seu país empenho tão sagrado?”¹⁴⁰

No centro das disputas entre uruguaio e argentinos, ficavam as cidades de Montevidéu e Buenos Aires. Até a fundação de Montevidéu, e conseqüentemente de seu porto no século XVIII, Buenos Aires era a única cidade viável para navios na região. O progresso da cidade uruguaia começou a incomodar os negociantes da província portenha¹⁴¹. Se a produção do interior argentino começasse a escoar pela cidade uruguaia, Buenos Aires perderia muitos dividendos de sua economia. Com isso, esta última determina por impor às outras províncias argentinas que todas as importações e exportações deveriam passar pela sua Alfândega antes de serem distribuídas.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 20.

¹³⁹ RRNE, 1852, p. 25.

¹⁴⁰ [RIO BRANCO], José Maria da Silva Paranhos, [Visconde do]. *Cartas ao amigo ausente*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1953. p. 102-103.

¹⁴¹ CALDEIRA, Jorge. *Op. cit.* p. 202.

Buenos Aires, após tal medida, volta a adquirir sua supremacia, mas a independência uruguaia reanimou as divergências de décadas anteriores. Quando Rosas assume, vem o bloqueio ao Prata, sufocando o Paraguai e negando o acesso às províncias à oeste do Brasil. A posição estratégica de Buenos Aires, na foz do rio Paraná, permitia à província dificultar o comércio marítimo do interior com o restante do mundo, resultando na riqueza da burguesia mercantil portenha em detrimento das elites do interior¹⁴². O porto da cidade uruguaia de Montevideu, então, atraía a atenção das demais províncias argentinas, como Entre-Ríos e Corrientes. A alternativa para o ditador portenho seria invadir o país. Mas isso significaria a “fúria” do Império brasileiro, além de um rompimento à Convenção de 1828. Sua saída foi ocupar o interior uruguaio, deixando Montevideu em um cerco. Assim, nenhuma mercadoria oriunda do interior da América do Sul passaria mais pelo porto uruguaio.

A tentativa anglofrancesa, através do bloqueio do porto de Buenos Aires em 1845, de “dar fôlego” ao comércio de Montevideu fracassou. Buenos Aires resistiu: os interesses dos saladeristas, produtores de charque, não estavam no comércio com os países europeus, pois não consumiam charque, e sim no Brasil, Cuba e Estados Unidos, onde havia escravos. Essas exportações de charque, com o bloqueio, continuaram por via terrestre para o Brasil e, daí, para outros países¹⁴³.

Teve fim o bloqueio em 1849, quando a Inglaterra chegou a um entendimento com Rosas. A Convenção de Arana-Southern cedia a todas as exigências da Confederação Argentina. O representante da França, Fortunato Le Prédour, concluiu também com o general portenho, no início de 1850, tratados similares. Quando o bloqueio a Buenos Aires foi enfim levantado, Montevideu estava em situação desesperadora, “de la que no podía sacarla la convención de subsidios que hizo el Gobierno francés para compensarla de los quebrantos económicos ocasionados por la terminación del bloqueo”¹⁴⁴. Vivendo então sob ajuda desses subsídios, a cidade definhava, em uma situação onde até suas ruas foram hipotecadas para pagar as contas. O país

¹⁴² DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. Op. cit. p. 24.

¹⁴³ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 100.

¹⁴⁴ DEVOTO, J. E. Pivel. Op. cit., p. 514.

estava exausto economicamente, perturbado por anos de revolução e, dominado profundamente por hábitos personalistas,

“por la mágica seducción del caudillo, no podía entrar con docilidad en la férrea disciplina de los principios. A estas causas de perturbación, que tal vez pudieron actuar en toda América, se añadieron otras especiales, derivadas de la forma en que se surgía a la soberanía internacional. La Convención Preliminar de Paz no había precisado las fronteras del nuevo Estado.”¹⁴⁵

Um fator a mais de desordem era, indubitavelmente, a ligação dos orientais às facções internas dos povos vizinhos. Junto à intervenção europeia, essas ingerências hoje seriam consideradas violações da autarquia jurídica do Estado, mas, naquele momento de organização inicial era um feito explicável. De qualquer forma, a decepção causada pela conduta dos interventores europeus provocou reflexões nos montevidéanos. França e Inglaterra, após acordo com Rosas, não se interessavam em intervir novamente na complicada situação platina. Os Estados Unidos toleraram o que poderia ser julgado como uma violação à Doutrina Monroe, apesar de ter feito um projeto para declaração contra a intervenção europeia¹⁴⁶. A solução diplomática do pleito do Rio da Prata estaria nas mãos do Império do Brasil.

O ministro Paulino Soares de Sousa era “conhecido por seus métodos e modos pouco ortodoxos [e] como poucos conservadores, misturava refinamento e violência”¹⁴⁷. E foi desse modo que ele pensou na política externa brasileira para o Prata quando assumiu pela segunda vez o Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1848, uma política que, segundo Jorge Caldeira, pode ser definida como “uma conjunção de fina esgrima diplomática e guerra”¹⁴⁸. Com os passos sendo dados para a aprovação da lei que abolia o tráfico de escravos do Brasil, Paulino pensava em como transferir a influência brasileira sobre os países da costa africana para os países vizinhos da região do Prata.

¹⁴⁵ Ibid., p. 481;

¹⁴⁶ Ibid., p. 515.

¹⁴⁷ CALDEIRA, Jorge. Op. cit. p. 200.

¹⁴⁸ Idem.

A Praça de Montevideu sustentava-se com o subsídio francês de quarenta mil pesos fortes mensais. Uma vez sendo as convenções ratificadas, e o subsídio cessado, a capital uruguaia cairia nas mãos de Oribe. Em julho de 1850 o governo francês diminuiria em oito mil pesos fortes mensais o subsídio de quarenta mil a Montevideu. O ministro oriental dirigiu então, à Soares de Souza, *memorandum* datado de 11 de julho de 1850 expondo a situação de penúria da capital e demonstrado que, para a conservação de Montevideu fora da órbita de influência de Rosas, era *mister* atender às necessidades materiais mais urgentes¹⁴⁹:

“o governo não pode transmitir á população e ao exercito a confiança com que espera as complicações a que a natureza do poder de Rosas o conduz inevitavelmente. A população e o exercito sómente vêm, sómente podem ver, que o apoio da França fraquêa sem que se apresente nada de ostensivo que o substitua; que a miseria publica cresce; que os recursos do governo estão exhaustos; que o material de guerra e o equipamento para os soldados se arruinão sem esperança de renoval-os; que chega a hora em que a provisão de viveres será de todo impossível, pois que a retirada de uma parte do subsidio francez, que vai effectuar-se, apresentará essa eventualidade, esse perigo em toda a nudez.

Essa situação é morta: e só póde remediar-se, na falta de um apoio ostensivo que substitua o da França, por alguma operação que alimente o espírito e a esperança publica com a aparição de recursos inesperados”.

Resolveu, então, o governo imperial prestar o auxílio necessário, uma vez que essa situação:

“se encaixava como uma luva em seus planos [pois] ele pretendia [...] apoiar o governo da cidade sitiada, buscar aliados no interior da Argentina, derrubar Rosas e montar governos mais sensíveis aos interesses brasileiros tanto na Argentina como no Uruguai. Mas os problemas para alcançar seu plano tinham que ser resolvidos: o quase estado de guerra com a Inglaterra, principalmente. Mas, também, o fato de que os

¹⁴⁹ RRNE, 1851. anexo D n. 3.

uruguayos não possuíam tropas nem armas para enfrentarem uma batalha contra Rosas. O plano de Paulino era tão audacioso (e perigoso) que o imperador, ao saber do projeto, julgou prudente não colocar diretamente seu governo na história.”¹⁵⁰

Inicialmente não queria o Império melindrar-se com a França, cujo bloqueio não havia sido ainda retirado, o que dependia da ratificação das convenções assinadas em 31 de agosto e 13 de setembro de 1850¹⁵¹. O plano era, no início, o aporte de pequena quantia, para suprir a diminuição no valor montante do subsídio mensal francês, tendo o cuidado de não superar este.

Não podendo contar diretamente¹⁵² com dinheiro do Tesouro nacional para alcançar seus objetivos, Paulino recorre a Irineu Evangelista de Sousa¹⁵³, futuro Barão de Mauá. Mandou chamá-lo em sua casa e fez a proposta do empresário financiar o governo uruguaio com seu dinheiro – para depois ser ressarcido, quando tudo mudasse a favor do Brasil na região do Prata, com a garantia de que o próprio Imperador se comprometia com a ação, cuidando para que o empresário não saísse afetado negativamente do negócio¹⁵⁴.

Aceitada a proposta, Pedro Lamas, filho do representante uruguaio no Rio de Janeiro, conta que “um dia pela manhã, subiu aquelas duras escadas da casa da Rua Pedreira Glória, um jovem de aspecto simpático e inteligente e entregou seu cartão – Irineu Evangelista de Sousa. – Não sei quem é – disse meu pai – que me espere no escritório. Aquela visita era o começo do êxito”. O autor Alberto Faria segue: “Irineu tinha ido oferecer [a Dom Andrés Lamas, representante do governo de Montevidéu no Rio de Janeiro] armas, pólvora,

¹⁵⁰ CALDEIRA, Jorge. Op. cit. p. 205.

¹⁵¹ RRNE, 1851. p. 20.

¹⁵² Entretanto, indiretamente, ele contava, pois “grande parte do capital que Mauá empregou executando a diplomacia dos patações nos financiamentos políticos, tais como subsídios a Montevidéu durante o cerco de Oribe, provinha de fundos públicos, vendidos pelo governo imperial a juros de 6%”. BANDEIRA, Moniz. pp. 95-96.

¹⁵³ “Se nem tudo na vida são interesses mesquinhos de dinheiro, haverá, mesmo para um banqueiro, horas de entendimento aos deveres sociais. Soa no coração de Mauá, como um toque de convocação, a ordem que lhe dá seu amigo Paulino de Souza, ministro dos Estrangeiros para nos mobilizarmos financeiramente, em socorro do Uruguai. [...] o que é certo é que por meio da “mão oculta” de Mauá através do ‘pacto secreto’ de 6/9/1850 – nos arquivos do Itamarati – começaram a ser feitos, pelo Império, os auxílios necessários à reação vizinha, que livraria afinal o Uruguai de Oribe e a Argentina de Rosas”. MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, Visconde de. Autobiografia: Exposição aos credores e ao público seguida de O meio circulante no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943. pp. 68-69.

¹⁵⁴ CALDEIRA, Jorge. Op. cit., p. 206.

munições e um subsídio pecuniário mensal que seria entregue diretamente em Montevideu”¹⁵⁵. A surpresa com a oferta fez com que causasse suspeita em D. Andrés, que adiou a entrevista: “foi então em São Cristóvão no dia imediato que o Imperador o tranquilizou. Irineu era um confidente da política imperial. Sua escolha fora aconselhada por várias causas, particularmente por sua solidariedade entusiástica”¹⁵⁶.

As conversas aconteciam em sigilo absoluto, em uma tentativa de despistar os espiões rosistas no Rio de Janeiro. E, no dia 21 de março de 1850, o Visconde do Uruguai avisa a Lamas que ele tinha encontrado a solução para o governo de Montevideu, como evidenciado na carta de Andrés Lamas a Manuel Herrera y Obes:

“Em la mañana del 20 me escribió el señor Paulino que me recibiría a las 2 de la tarde; y en la conferencia de esa hora, después de manifestarme el interés del gobierno imperial en encontrar Montevideo en pie el día, que parecía próximo, de una guerra con sus enemigos; y de haberme, sin embargo, repetido que harían lo que pudieran para evitarla sin mengua del honor, concluyó por asegurarme había un negociante (Mauá) que me proporcionaría la mayor parte de los artículos de guerra que necesitaba, haciéndose cargo de pagar el flerte, gastos, etc., como yo deseaba. [...] Durante la conferencia en que concluí este arreglo hablé también en el concepto de que la República reembolsaría, cuando le fuera posible, el importe de los auxilios que en esta forma recibiese del Brasil.”¹⁵⁷.

Em julho de 1850, as negociações chegavam ao fim. No dia 6 de setembro de 1850 é assinado então um “curioso Acordo Secreto com três signatários: os governos do Brasil e do Uruguai, e um simples cidadão brasileiro, que entrava com o mesmo status dos governos”¹⁵⁸. Assim, “o Brasil assume a função de credor, situação rara na sua diplomacia financeira”¹⁵⁹,

¹⁵⁵ BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata (1850-1885)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. pp. 20-21.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 21.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 30.

¹⁵⁸ CALDEIRA, Jorge. *Op. cit.*, p. 217

¹⁵⁹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Op. cit.*, p. 197.

ficando a colaboração financeira de Mauá¹⁶⁰ oficialmente assentada. Mauá entra de vez no ambiente do Prata, o que chamou mais tarde de seu “pecado original”¹⁶¹.

Ao dar continuidade à negociação, enviara bilhete a Lamas como expressão formal do acordo secreto:

“Tendo o governo francês suspenso parte do pagamento com que auxilia o governo do Estado Oriental do Uruguai na nobre causa que o mesmo sustenta contra a Confederação Argentina, proponho-me para suprir por um empréstimo, em condições razoáveis, o déficit resultante dessa diminuição de suprimento [...]. Declaro outrossim a V. Exa. que esta minha oferta e a obrigação de suprir a mencionada quantia se considera em seu inteiro vigor até que eu, com antecipação de trinta dias, comunique a V. Exa. ter tomado outro acordo. [Assinado:] Irineu Evangelista de Sousa.”¹⁶²

Esse bilhete endereçado a Lamas foi acompanhado de outro documento, uma carta de Paulino na qual o governo brasileiro listava as suas condições para que o pagamento fosse iniciado. Entre tais objetivos estavam o acerto definitivo das questões dos limites entre Uruguai e Brasil (e isso significava a demarcação das fronteiras aonde o Brasil queria) e concluir algumas estipulações em relação ao comércio entre os dois países. Mas a situação de Montevideú encontrava-se tão desesperadora que fazer exigências agora não era possível e, entendendo isso, o ministro uruguaio Herrera y Obes aceita as exigências brasileiras, que também estipulavam juros altos para o negócio e o reconhecimento das dívidas – em caso de vitória – pelo Tesouro nacional uruguaio, as quais ainda teriam como garantia as rendas da Alfândega do país.

Foram celebrados, no total, dois contratos em 6 de setembro de 1850 com o Império, o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República Oriental e o negociante Irineu Evangelista de Souza, e um entre esses dois últimos, permanecendo secreto o primeiro. Por ele, o Império fornecia por empréstimo a quantia de dezoito mil pesos fortes mensais, a

¹⁶⁰ O escritor argentino Antonio Carmelo San Martín chamou o Barão de Mauá de “financista clandestino del Imperio porque toda operación que el gobierno brasileño no podía realizar directa y públicamente, la ejecutaba por medio del barón”. SAN MARTÍN, Antonio Carmelo. Op. cit., p. 660.

¹⁶¹ BESOUCHET, Lúcia. Op. cit., p. 19.

¹⁶² CALDEIRA, Jorge. Op. cit., p. 208.

contar do dia 1 de julho, pelo espaço de treze meses e com o juro de seis por cento, sendo-lhe estas quantias entregues pelo negociante Irineu Evangelista de Souza, que serviu de intermediário¹⁶³. Em 8 de outubro do mesmo ano, a França promoveu uma segunda redução no subsídio, mais uma vez de quatro mil pesos mensais, restando vinte e oito mil mensais. Essa redução foi suprida pelo contrato de 1 de dezembro de 1850¹⁶⁴.

Rosas ficou sabendo do tratado e aproveitou-se disso para iniciar as hostilidades contra o governo brasileiro e, antes de seu embaixador no Rio de Janeiro, Tomás Guido, pedir os passaportes, procurou o inglês Hudson, a fim de expor as manobras do governo brasileiro. Entretanto, com a situação do tráfico de escravos resolvida, a intervenção brasileira no Prata deixava de ser um problema para a Inglaterra, fazendo inclusive com que Palmerston, ministro inglês no Brasil, conseguisse “uma decisão favorável à intervenção brasileira no Uruguai, e deu ordens para que a Royal Navy mantivesse a mais estrita neutralidade”¹⁶⁵.

Sem empecilhos que poderiam ser colocados pela potência europeia, Paulino voltou-se ao plano de recorrer às operações diplomáticas, militares e financeiras, a fim de assegurar a consecução de seus próprios objetivos econômicos e políticos¹⁶⁶. Nomeou o futuro Marquês do Paraná como plenipotenciário no Prata, o qual procurou José Justo Urquiza, governador da província argentina de Entre-Ríos, uma das mais afetadas pela política de centralização da Alfândega de Buenos Aires, e que já tinha demonstrado vontade de tirar o general Rosas do seu caminho. Mas, justamente pela política rosista de fortalecimento da cidade portenha, não possuía capital para tal empreendimento.

As províncias de Entre-Ríos e Corrientes tinham, ainda na década de 1840, se convertido em centros de reação contra Rosas¹⁶⁷. E, desde 1847, o governador entrerriano Urquiza conduzia os assuntos políticos de

¹⁶³ RRNE, 1851. p. 21.

¹⁶⁴ Ibid. anexo G, 3 e 4.

¹⁶⁵ CALDEIRA, Jorge. Op. cit., p. 218.

¹⁶⁶ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 94.

¹⁶⁷ DEVOTO, J. E. Pivel. Op. cit., p. 502.

Corrientes¹⁶⁸. Mas, não possuía homens, nem material de guerra, nem dinheiro suficiente para lutar contra Buenos Aires e as demais províncias argentinas¹⁶⁹.

Em seu Relatório de 1851, Soares de Sousa expõe que vários precedentes, como a linguagem da imprensa de Entre-Ríos, revelavam que o governador dessa província estava disposto a “virar o jogo” na Confederação Argentina: “o general Urquiza era portanto o nosso aliado natural” para destruir o poder do general Oribe e, conseqüentemente, o de Rosas. Além disso,

“na pessoa de Urquiza, uniram-se as diversas linhas da oposição, e ele se colocou à frente dos interesses provinciais, dos exilados liberais e dos patriotas uruguaios, numa aliança financiada por dinheiro brasileiro e por forças navais suficientes para fazer a balança pender contra Rosas”¹⁷⁰.

A forma de organização da Confederação Argentina permitia a soberania e independência das províncias para celebração de tratados internacionais – apesar de terem feito entre si tratados, não tinha-se fixado nestes um modo uniforme ou até mesmo uma autoridade que deveria ser encarregada das relações exteriores. A autoridade tinha sido apenas delegada a Rosas, mas podendo ser a qualquer momento retirada. Urquiza, então, em 1 de maio de 1851 dirige uma circular às províncias para incitá-las a um levante contra o atual encarregado das relações exteriores. Evocava os pactos federais¹⁷¹ e declarava que

“era vontade do povo entre-riano reassumir o exercício das faculdades inerentes á sua soberania, delegadas na pessoa do Exm. Governador e capitão-general da provincia de Buenos-Ayres, para cultivar as relações exteriores, e para a direcção dos negocios de paz e guerra da Confederação Argentina, em virtude do tratado quadrilateral das provincias litoraes de 4 de Janeiro de 1831. Que manifestada assim a vontade livre de Entre-

¹⁶⁸ Desde que Urquiza derrotou Joaquín Madariaga, governador de Corrientes, na batalha de Vences em 27 de novembro de 1847. SAN MARTIN, Antonio Carmelo. Op. cit., p. 616.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ BETHELL, Leslie. Op. cit., p. 661.

¹⁷¹ SAN MARTIN, Antonio Carmelo. Op. cit., p. 614.

Rios, ficava esta apta para entender-se directamente com os demais governos do mundo, até que, congregada a assembleia nacional das mais províncias irmãs, fosse definitivamente contituida a Republica”.¹⁷²

Logo após, a província de Corrientes aderiu a esta declaração.

Tendo então estas províncias reassumido o exercício completo da sua soberania, celebraram com o Império e a República Oriental do Uruguai (Montevidéu) o Convênio de 29 de maio de 1851 para uma aliança ofensiva e defensiva com a suposta finalidade de manter a independência e pacificar o território uruguaio. O Convênio previa que, voltando a República ao estado normal, realizar-se-iam eleições livres para a presidência. Não se aliavam contra Rosas, e sim contra Oribe. Tudo dentro dos parâmetros da Convenção de 1828. E, somente no caso em que, devido à essa aliança, o general Rosas declarasse guerra aos aliados (individual ou coletivamente), seria a mesma convertida em aliança comum contra o governador de Buenos Aires.

Em 1 de maio de 1851, o governo francês apresentou à sua Assembleia Nacional um projeto de lei para retirar sua intervenção no Rio da Prata e, conseqüentemente, o subsídio à Montevidéu. Não fosse o movimento antecipado do Brasil em celebrar os acordos de 1850 dos subsídios e o de aliança de 29 de maio de 1851, o ato de apresentação desse projeto já teria, provavelmente, sido suficiente para fazer a praça cair nas mãos de Oribe.

Em 15 de setembro de 1851, o governo de Montevidéu comunicava ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império a cessação total do subsídio mensal francês e solicitando a ajuda do Brasil um subsídio pecuniário que substituísse o da França. Concluía pedindo o auxílio de sessenta mil patacões mensais por um ano e declarava que o governo Oriental estava disposto a aceitar o que o Império julgasse menos oneroso a seus cofres. A soma pedida foi maior que a fornecida anteriormente pela França, uma vez que, no lugar da “inação diante do general Oribe, e de manter as trégoas em que tinha estado, ia a praça entrar em operações, e concorrer para sua expulsão”¹⁷³. Assim, foi concedido através do tratado de 12 de outubro de 1851 o empréstimo do

¹⁷² RRNE, 1851, pp. 21-22.

¹⁷³ Ibid., p. 24.

subsídio solicitado, com juro de seis por cento ao ano, realizado formalmente pelo Governo Imperial.

Ao Convênio de empréstimo de 1851 estavam atrelados outros cinco tratados: um de aliança, que permitia a intervenção de um país no outro para assegurar governos constitucionais (e era impensável a intervenção do Uruguai no Brasil); um tratado de limites, que firmava a fronteira dos dois países de acordo com os anseios do Brasil; um tratado de extradição de escravos, desertores e criminosos; um de comércio, que obrigava o governo do Uruguai a exportar sem impostos seu gado; um de navegação, que abria o rio Uruguai e seus afluentes a todos os países; e, finalmente, uma Convenção de Reconhecimento da Dívida, pela qual o dinheiro emprestado pelo Império - inclusive as parcelas feitas através de Irineu - mais os juros, se tornavam dívida pública do país¹⁷⁴:

“El tratado de límites establecía la línea divisoria del Cuareim. El Imperio continuaba en posesión exclusiva de la navegación de la laguna en la margen del Cebollatí y otra media en la del Tacuarí, pudiendo el Brasil levantar en ellas obras y fortificaciones. El tratado de comercio y navegación declaraba común la navegación del Uruguay y sus afluentes. Se mantenía por diez años la exención de derecho de consumo que tenían la carne salada y los demás productos ganaderos importados en Río Grande por la frontera. El Estado oriental abolía en cambio el que cobraba por la exportación del ganado en pie para aquella provincia. El tratado de extradición pactaba la entrega de criminales para el caso de delitos comunes. El Estado oriental se comprometía, además, a devolver los esclavos brasileños refugiados en su territorio.”¹⁷⁵

O Império reproduzia com a República do Uruguai o sistema de tratados desiguais que lhe tinha sido imposto décadas antes. Feria a soberania do país vizinho com o direito à intervenção imperial, e às suas próprias leis internas, obrigando a extradição de escravos em um país que já tinha abolido sua escravidão interna. Atentava contra o direito do Estado Oriental de pleno

¹⁷⁴ CALDEIRA, Jorge. Op. cit., p. 232.

¹⁷⁵ DEVOTO, J. E. Pivel. Op. cit., pp. 516-517.

poder sobre sua economia, ao fixar a tarifa zero para exportação de gado, negando-lhe possibilidade de aumento das rendas com seu principal produto.

Em 1851, Rosas, em “contra-ataque” aos movimentos de seus vizinhos e de suas províncias “rebeldes”, faz aprovar lei declarando que todos os fundos da província, as fortunas, vidas, da província de Buenos Aires, ficariam, sem limitação nem reserva alguma, à sua disposição, até “dois anos depois de terminada a guerra contra o louco, traidor, selvagem unitário Urquiza, e a que S. Ex. sábia e energicamente declarou ao Brasil”¹⁷⁶.

O primeiro resultado da missão Carneiro Leão ao Prata era a celebração do convênio de 21 de novembro de 1851. Nele se declarava que os Estados aliados não pretendiam entrar em guerra contra a Confederação Argentina, nem coagir de nenhuma forma a liberdade de seus povos ou atentar contra sua independência. O fim único da aliança era libertar a Confederação da opressão de D. Manuel Rosas¹⁷⁷. No convênio foi declarado ainda o contingente de forças que cada um dos aliados tinha que fornecer para a guerra. O Brasil forneceu quatro mil homens com armamentos e munições de guerra, e uma esquadra composta por dezessete navios.

Prometendo também facilitar as compras de charque de suas províncias para o Brasil e assegurando que o governo brasileiro garantiria navios a vapor esperando as tropas do argentino, propôs um empréstimo ao general Urquiza, nos mesmos moldes do que já tinha feito para Montevideú. Depois das tratativas para as convenções, o Império formalizava que forneceria, por empréstimo, aos Estados de Entre-Ríos e Corrientes a soma mensal de cem mil patações, durante o prazo de dez meses, com juros de 6% ao ano, afiançando o governador Urquiza toda essa soma com a hipoteca de rendas e terrenos argentinos:

“S. E. el Señor Gobernador de Entre Ríos se obliga a obtener del gobierno que suceda inmediatamente al del general Rosas, el reconocimiento de aquel empréstimo como deuda de la Confederación Argentina y que efectúe su pronto pago con el interés del 6% por año. En el caso,

¹⁷⁶ RRNE, 1851. p. 25.

¹⁷⁷ Ibid., p. 26.

no probable, de que esto no pueda obtenerse, la deuda quedará a cargo de dos Estados de Entre Ríos e Corrientes, y para garantía de su pago con los intereses estipulados, SS. EE. Los Señores gobernadores de Entre Ríos e Corrientes, hipotecan desde ya las rentas y los terrenos de propiedad pública de los referidos Estados. Los gobiernos de Entre Ríos y Corrientes se comprometen a emplear toda su influencia cerca del gobierno que se organizare en la Confederación Argentina, para que éste acuerde y consienta en la libre navegación del Paraná y los demás afluentes del río Paraná. Queda entendido que si el gobierno de la Confederación y los de los otros Estados ribereños no quisieren admitir esa libre navegación [...] los Estados de Entre Ríos y Corrientes la mantendrán en favor de los Estados aliados”¹⁷⁸.

Essas operações de sustentação financeira dariam início à Diplomacia do Patacão, que se estenderia até praticamente o final do Império, como forma do Brasil alcançar seus objetivos, eliminar problemas na região do Prata e trazer para sua influência aliados. Paulino Soares de Sousa tinha feito tudo que lhe cabia: preparou a situação com cautela, manobrou com cálculo nos bastidores, garantindo o afastamento da Inglaterra e atraindo para sua órbita possíveis aliados do adversário¹⁷⁹.

Na preparação da guerra, devido à importância política do conflito, Paulino divide o comando brasileiro, colocando as tropas sob a ordem do Conde de Caxias e no comando das ações o Marquês de Paraná. Desembarcando no Uruguai, Paraná estabeleceu contato com Oribe, o qual, sob a tutela de Rosas, controlava o interior uruguaio e, em um acordo secreto, prometeu anistia a ele e às suas tropas. Caxias entendeu que a vitória da campanha dependeria da posse de vapores leves, capazes de transportar com rapidez as tropas de uma margem à outra dos rios da região do Prata. Mais uma vez, Mauá seria requisitado para suprir tal necessidade, viajando para Londres para negociar tais artigos. Ao mesmo tempo, o governo uruguaio ia comprando armas e contratando os mercenários europeus.

Urquiza chegou frente ao Uruguai com uma força de quatro mil homens; na fronteira norte do país estacionava o General Caxias; o General Virasoro,

¹⁷⁸ SAN MARTI, Antonio Carmelo. Op. cit., pp. 616-617.

¹⁷⁹ CALDEIRA, Jorge. Op. cit., p. 231.

governador de Corrientes, cobria o Paraná contra eventuais ataques da Federação e a esquadra brasileira, a mando do almirante Graenfell, dominava o rio¹⁸⁰. Em 7 de outubro de 1851, o chefe entrerriano subscreveu com o tenente coronel D. Lucas Moreno – representante das forças do Uruguai leais a Oribe – as bases de paz que deviam pôr fim à contenda. E o Governo de Montevideú obteve modificações nos pontos que considerou incompatíveis com sua demanda, anulando algumas concessões feitas à Oribe. Assim,

“Se llegó entonces a la paz de 8 de octubre de 1851, que establecía la igualdad de derechos entre todos los orientales; se reconocía como deuda nacional la que hubiese contraído el Gobierno de Oribe; se establecía la próxima celebración de elecciones, y se declaraba finalmente que ‘entre todas las diferentes opiniones en que han estado divididos los Orientales no había vencidos ni vencedores, pues todos deben reunirse bajo el estandarte nacional, para el bien de la patria y para defender sus leyes e independencia’”.¹⁸¹

Em setembro de 1851, Oribe se rende ao governo de Montevideú, mudando apenas de lado, com todo o seu exército. Com isso, a guerra se alterou rapidamente: “antes do primeiro tiro, os aliados do Brasil dominavam todo o território do Uruguai e boa parte da Argentina”¹⁸². Os soldados brasileiros, na retaguarda para apoiar qualquer mudança desfavorável na batalha, nem precisaram lutar. O exército aliado, sob as ordens de Urquiza, continuou a guerra contra Rosas. Em 3 de fevereiro de 1852, Rosas foi finalmente derrotado na batalha de Monte Caseros¹⁸³, batendo em retirada à Inglaterra, que lhe concedera asilo.

¹⁸⁰ LANATA, Jorge. *Argentinos: desde Pedro de Mendoza hasta la Argentina*. Buenos Aires: Editora Argentina, 2001. p. 252.

¹⁸¹ DEVOTO, J. E. Pivel. *Op. cit.*, p. 519.

¹⁸² CALDEIRA, Jorge. *Op. cit.*, p. 232.

¹⁸³ De acordo com o historiador Ricardo Levene, certa corrente historiográfica argentina defende que “la susodicha batalla es el sol después de una lóbrega noche de veinte años, el triunfo de la virtud sobre el crimen; el patriotismo de caciques, habría sucedido en todo su esplendor, como consecuencia de Caseros, el régimen de libertad, representativo, republicano, federal, con una constitución superior a su modelo del norte, llevada a la práctica por estadistas forjadores de instituciones aere perennius”. LEVENE, Ricardo. *Op. cit.*, p. 623.

3.2) A manutenção do sistema do patacão e exercício da hegemonia

Antes do fim da guerra, vendo a possibilidade de vitória se assegurar, Paulino instruiu o Marquês de Paraná a iniciar conversações para a consolidação da paz e para assegurar o pagamento das parcelas já enviadas pelo Império à Montevideu e à Urquiza. Em 12 de outubro de 1851, o tratado secreto entre o Império e Montevideu tinha vindo à tona, eclodindo uma polêmica na cidade. Os Tratados foram recebidos hostilmente, até porque, antevendo a resistência, o governo da capital dissolveu a Assembleia de Notáveis¹⁸⁴:

“Esta resistencia habría sido harto justificada. Los tratados cercenaban territorialmente a la República, legalizaban la intervención brasileña, la privaban de las aguas limítrofes, la obligaban a enriquecer la industria saladerial riograndense y le imponían la cooperación en el mantenimiento de la esclavitud, contraria a su moral y a sus instituciones.”¹⁸⁵

Com o fim do conflito, a República Oriental realiza eleições presidenciais, saindo vitorioso D. João Francisco Giró. Seu governo deu início à barganha – disfarçada de chantagem – da qual o Império seria vítima nos próximos anos com finalidade à concessão de novos empréstimos. Giró, blanco e opositor dos acordos assinados com o Brasil, colocara dúvidas à validade de tais tratados, sob o argumento de que os mesmos não teriam sido aprovados pela Assembleia Legislativa. O Governo imperial argumentava que, pelas circunstâncias extraordinárias do momento da assinatura, com Montevideu sitiada, não havia outro poder senão o executivo, o qual celebrou os convênios:

“Un sector opinaba que los tratados eran hechos consumados, jurídicamente perfeccionados, y ejecutados parcialmente. Otro sector consideraba que el Gobierno de facto de don Joaquín Suárez, organizado al margen de la Constitución, ejercido desde 1843 hasta 1852, no había podido dar eficacia a convenios

¹⁸⁴ DEVOTO, J. E. Pivel. Op. cit., p. 517.

¹⁸⁵ Idem.

que, según aquélla, necesitaban ratificación legislativa. El Imperio del Brasil, de más está decirlo, consideró que los tratados tenían un valor definitivo. Urquiza también se inclinó hacia su mantenimiento, a pesar de las gestiones de Giró. El Uruguay no pudo emprender la revisión de los tratados. Sólo al tratado de límites se le introdujeron dos modificaciones parciales (...)."¹⁸⁶

Com a reação, Paraná tenta resolver a situação financiando aliados e ameaçando os que eram contra com as tropas brasileiras. O Marquês listou as atitudes que o Brasil poderia tomar caso os tratados não fossem reconhecidos: estacionar as tropas brasileiras onde o Império queria que as fronteiras fossem estabelecidas, taxar o charque uruguaio (o que arruinaria ainda mais a economia vizinha) e exigir o pagamento do montante já emprestado à vista e, caso isso não fosse feito, ocupar parte do território uruguaio que o Império achasse que equivaleria ao valor das prestações já empenhadas e das indenizações que o Brasil reclamava por danos aos seus súditos durante a guerra civil na Banda Oriental. O Ministro Soares de Sousa, embora até admitisse poucas alterações no tratado de limites, ameaçou suspender momentaneamente as prestações, oferecendo apoio a seus adversários¹⁸⁷. Não tendo saída, Giró acabou por ceder às pressões brasileiras fazendo a Assembleia aprovar os tratados em 15 de maio de 1852. Na Câmara dos Senadores os tratados foram aceitos sem reservas. Na Câmara dos Representantes também foi aceito mas foi adicionado a seguinte observação (sem efeitos): “con la esperanza de ulteriores modificaciones que pongan de acuerdo las estipulaciones de los tratados de 1851 con los verdaderos intereses de la República”¹⁸⁸.

Na verdade, Giró tentou contestar os tratados para ter margem para governar, o que se tornara penoso com a série de concessões feitas ao Império pelo seu antecessor. Apesar de livre, enfim, do interesse anexacionista de Rosas e do fim da divisão do país em 1851 após a derrota de Oribe, o Uruguai permanecia em situação crítica. A economia estava em ruína, “ficando [o país]

¹⁸⁶ Ibid., pp. 527-528.

¹⁸⁷ RRNE, 1852. p. 27.

¹⁸⁸ DEVOTO, J. E. Pivel. Op. cit., p. 528.

reduzido a mero protetorado do Brasil”¹⁸⁹. Sua população decaía e, “dos 24 saladeiros, que existiam em 1842, apenas 3 ou 4 funcionavam”¹⁹⁰. A causa do colapso dessa fonte de rendas era a falta de matéria prima – o gado. Os brasileiros, principalmente, retiravam o gado do Uruguai sem pagar qualquer imposto aduaneiro – dispositivo permitido graças ao Tratado de 1851 – para abastecer a indústria saladeril do Rio Grande do Sul. Os recursos públicos, todos eles (desde as rendas aduaneiras até os edifícios, incluindo o Cabildo, quartéis e praças de Montevideú) encontravam-se hipotecadas a particulares e aos governos da França e do Brasil¹⁹¹, fazendo com que o Estado uruguaio dependesse quase que exclusivamente dos subsídios do Brasil.

Ainda que os tratados fossem prejudiciais à República do Uruguai, o mais lesivo era o de Comércio e Navegação, uma vez que acoplava fortemente a sua economia às necessidades do Império. Abolindo a cobrança de direitos sobre a exportação do gado em pé para o Brasil, a República receberia, por parte do Império, isenção do charque dela procedente. Entretanto, lucrava o Brasil das duas formas, garantindo gado e evitando o aumento dos preços da alimentação básica dos escravos, conseqüentemente evitando o encarecimento dos custos da produção de açúcar, café, algodão¹⁹².

O episódio provocou motins no território vizinho, rompendo a frágil unidade política recém-estabelecida. O pedido de ajuda iria ser feito novamente ao Império, que foi requisitado a intervir em conformidade com o Tratado de Aliança de 1851, que estipulava a prestação de ajuda militar ao Uruguai, quando requisitada. Quando o Brasil enfim interveio militarmente, “já foi para respaldar os colorados, que tomaram o poder, sob a liderança do Coronel Venâncio Flores. Com efeito, somente no dia 3 de maio de 1854, cerca de 5.000 soldados brasileiros entraram em Montevideú, lastreando a diplomacia dos patações”¹⁹³, sendo que as despesas geradas pela intervenção ficariam por conta do Uruguai, o que lhe aumenta ainda mais a dívida com o Brasil:

¹⁸⁹ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 113.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ SOUSA, José Antônio Soares de. *A vida do visconde do Uruguai (1807- 1866)*: Paulino José Soares de Sousa. 1ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. pp. 390-397.

¹⁹² BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 148.

¹⁹³ Ibid., p. 115.

“A Administração de Montevideú, sem dispor das rendas aduaneiras, já hipotecadas, e sem poder aumentar sua receita, passara a viver dos subsídios do Governo Imperial, [...] e, em seguida, dos empréstimos do Banco Mauá & Cia, caindo no círculo vicioso da dependência, com a dívida externa cada vez maior”¹⁹⁴.

Em 1854, Montevideú era “um cadáver estendido em presença da diplomacia e das baionetas imperiais”¹⁹⁵.

Na Confederação Argentina, a queda de Rosas despertou as contradições internas, adormecidas pela política do medo imposta pelo general portenho, reascendendo as forças de fragmentação. Urquiza, ao assumir o poder, tentou reorganizá-la estabelecendo novos termos entre as províncias e reformulando o federalismo, que fora distorcido por Rosas a favor de Buenos Aires. O Pacto Federal de 1831 foi então redefinido pelo Acordo de San Nicolás, aprovado pelos governadores das províncias argentinas em 31 de maio de 1852, o qual retirava de Buenos Aires o poder anteriormente delegado para dirigir a política externa e as finanças da Confederação, que ficariam sob a responsabilidade dos Poderes Executivo e Legislativo, que representariam todas as províncias. Os unitários de Buenos Aires, liderados por Valentín Alsina, rejeitaram o acordo e o governo de Urquiza, separando-a da Confederação. Para evitar a eclosão de uma guerra civil, Urquiza fixou provisoriamente a capital na província de Entre Ríos, perdurando a situação de “dois Estados” até 1859 na batalha de Cepdeda, com a derrota de Buenos Aires para as tropas de Urquiza, reintegrando a Confederação mediante o pacto de San José de las Flores¹⁹⁶.

A fim de se firmar internacionalmente e se ver livre de conflitos externos para focar na restauração da unidade argentina, Urquiza franqueia o Rio da Prata e afluentes à navegação internacional em 1853, reconhece a independência do Paraguai e aprofunda as relações (e até dependências)

¹⁹⁴ Ibid., p. 148,

¹⁹⁵ Ibid., p. 115,

¹⁹⁶ Ibid., p. 113.

financeiras com o Império, deixando o Brasil livre para intervir e impor sua supremacia no Prata.

A liberdade de navegação no Prata foi uma das maiores querelas do Brasil com Rosas. O problema era de grande complexidade e podia ser dividido em duas partes. Don Juan Manuel Rosas era simples governador de Buenos Aires, não tendo, portanto, o direito de se dispor da sorte dos rios Paraná e Paraguai, com o definhamento dos direitos que tinham as províncias e o Paraguai, país soberano, ainda que Rosas não o reconhecesse como tal. E no que diz respeito ao rio Uruguai, este curso d'água tinha que estar sujeito a um regime de condomínio entre a Confederação Argentina e a República Oriental. Mas frente aos países estrangeiros o general argentino tinha razão: “el Paraná era un río interior y debía estar sujeto a las disposiciones internas de la Confederación Argentina. La aplicación de los principios del Congreso de Viena necesitaba el consentimiento del Gobierno argentino, ya que la libertad fluvial es un principio de Derecho Internacional convencional”¹⁹⁷. Era nesse princípio que o Império se apoiava para impedir a navegação internacional no rio Amazonas.

Como antes fora provado, a Confederação Argentina não conseguia sobreviver sem as rendas alfandegárias da capital Buenos Aires, o que a obriga a procurar, mais uma vez, a ajuda do Império. Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil à época, José Maria da Silva Paranhos¹⁹⁸ – o Visconde do Rio Branco – envia, em 1856, Antônio Paulino de Abreu - Visconde de Abaeté - a Entre-Ríos para negociar tratados em troca de um novo aporte financeiro na Confederação. Foram assinados quatro tratados: uma convenção

¹⁹⁷ DEVOTO, J. E. Pivel. Op. cit., p. 504.

¹⁹⁸ Paulino Soares de Sousa abandonou o gabinete em 1853, o que estava ligado a uma discordância maior: a política de conciliação empreendida pelo Marquês de Paraná, que acabou por dividir o partido conservador em puros e moderados. Os moderados apoiavam a conciliação, enquanto a Trindade Saquarema eram fiéis à ortodoxia conservadora. Paulino ponderou, em 1858, os motivos pelos quais não concordava com a conciliação: “Começarei por declarar que nunca compreendi, e ainda hoje não compreendo esta política. Creio que o governo apregoando-a do modo pelo qual o faz, promete aquilo que não pode fazer, e atribui a si resultados que não são seus. Conciliar, creio eu, segundo a significação literária dessa palavra, é fazer concordar pessoas divididas por opiniões e interesses. Há sempre na sociedade interesses que não se pode fazer concordar; há sempre opiniões que não são possíveis de serem homologadas ...- Senhores, há na sociedade humana uma ebulição constante que tende transformá-la. Não está no poder do governo fazer a sociedade como ele entende; há de recebê-la tal qual ela é. O tempo altera e modifica tudo à roda de nós, modifica-nos também todos os dias; não pensamos hoje como pensávamos há anos; não temos hoje os mesmos interesses que nos moviam em épocas anteriores”. SOUSA, José Antônio Soares de. A vida do visconde do Uruguai (1807- 1866): Paulino José Soares de Sousa. Op. cit., pp. 571-572.

fluvial, um tratado de extradição de criminosos, desertores e escravos, um tratado de limites e, por fim, o empréstimo. Dadas por sancionadas todas as convenções, Paranhos facilitou o empréstimo, que foi reduzido a protocolo em 7 de novembro de 1857. Seus artigos mais importantes assim diziam:

“El gobierno de Su Majestad el Emperador del Brasil, facilitará por empréstito al de la Confederación Argentina para auxiliarlo en las circunstancias actuales de su Administración de Hacienda, la suma de trescientos mil patacones”*(como el empréstito anterior de 1851 sumaba cuatrocientos mil patacones, la deuda subía a setecientos mil. Si se considera que el patacón era una moneda de plata de la mejor ley, el compromiso de la Confederación con el Brasil muchos millones de pesos papel). “El presente empréstito tendrá el interés de seis por ciento al año, a contar desde el 1º de enero de 1860 si antes no fuese satisfecho, y en estos términos será adicionado al que tuvo lugar en virtud del convenio de 21 de noviembre de 1851, gozando de las mismas garantías a éste inherentes”. Vale decir que las rentas y terrenos públicos de las provincias de Entre Ríos y Corrientes seguían hipotecados al Brasil... en garantía de los dos empréstitos”¹⁹⁹

Paranhos entregou ao Ministro da Fazenda da Confederação, como adiantamento, uma soma de cem mil patações, “en letras a cargo del tesoro imperial”²⁰⁰. Realizaram também, secretamente, pacto através do qual o Império auxiliaria a Confederação Argentina a reincorporar Buenos Aires que, em contrapartida, receberia ajuda para subjugar o Paraguai²⁰¹. Logo após, desembarcava em solo argentino o Barão de Mauá para fundar filiais do seu banco, Mauá&Cia, em cidades da Confederação, aprofundando a condição argentina de aliada e colaboradora do Brasil. O Banco Mauá continuaria a conceder a Urquiza respaldo financeiro. Como não dispunha de outros meios para arrecadar os recursos necessários ao atendimento dos gastos públicos, não fossem essas operações, ele dificilmente poderia enfrentar e vencer as

¹⁹⁹ LEVENE, Ricardo. Op. cit., p. 659.

²⁰⁰ Ibid., p. 660.

²⁰¹ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 144.

tropas do General Bartolomé Mitre, a 23 de outubro de 1859, na batalha de Cepeda”²⁰².

3.3) Enfim, a hegemonia: um balanço da Diplomacia do Patacão

“O Império do Brasil, que Mailléfer chamou de Rússia tropical, tinha, segundo ele observou, a ‘vantagem da organização e a perseverança em meio dos Estados turbulentos ou mal constituídos’ da América do Sul”²⁰³. Ao contrário dos vizinhos platinos que só conseguiram sua configuração e unificação definitiva na segunda metade do século XIX, o Império, naquela época,

“já estava amadurecido como Estado, possuindo um aparelho burocrático-militar capaz de defender e mesmo impor, tanto interna quanto externamente, a vontade social de suas classes dominantes. Este desenvolvimento político se devia ao fato de que o Império do Brasil não era simples sucessor do Estado português. Na verdade, era o próprio Estado português, que se desdobrava numa outra base geográfica, ajustara-se às condições econômicas e amoldara-se à estrutura social da colônia, com a conseqüente reformulação da aliança de classes, que as contingências históricas impuseram”²⁰⁴.

Juridicamente, o Brasil deixara de ser colônia no mesmo período que os vizinhos do Rio da Prata, ao tornar-se sede da Monarquia em 1815, adquirindo supremacia política, pois, economicamente, já era mais importante que Portugal. Seguindo as tradições de potência à época, o Brasil “recorreu às operações diplomáticas, militares e financeiras, a fim de assegurar a consecução de seus próprios objetivos econômicos e políticos”²⁰⁵. Esses objetivos, tratou o Império de colocá-los em prática após a queda de Rosas.

²⁰² BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 159.

²⁰³ Ibid. p. 133.

²⁰⁴ Ibid. p. 134.

²⁰⁵ Ibid. p. 143.

A disparidade em relação aos povos platinos era clara: a independência no Prata foi “duplamente revolucionária politicamente”²⁰⁶, ao romper com a dominação espanhola e com o regime monárquico de governo. Logo após a independência, careciam de governo central, exército nacional e moeda única. O desafio gerado só seria solucionado no terço final do século XIX, com a “construção de uma estrutura de poder interno e a formação de uma consciência política nacional que reconhecesse a legitimidade das instituições de Estado”²⁰⁷.

Através dos subsídios e dos tratados a eles atrelados, o Império brasileiro disseminou o conflito dentro do território de seus vizinhos, ampliando sua influência econômica e política. O novo sistema de alianças capitaneado pelo Rio de Janeiro permitiu a ascensão de uma hegemonia brasileira na região.

A Confederação Argentina fragmentada interessava ao Brasil politicamente²⁰⁸. Enquanto enfrentava conflitos internos, o país argentino não apresentaria óbices à livre atuação do Império na Bacia do Prata. Em relação ao Uruguai, através dos Tratados celebrados alcançou o Império seus “objetivos econômicos e políticos naquele país, ou seja, fixação dos limites territoriais, extradição dos escravos foragidos, isenção do pagamento de tributo na passagem do gado em pé para o abastecimento das charqueadas do Rio Grande do Sul, liberdade de navegação no Rio Uruguai e seus afluentes, garantia de reembolso dos subsídios mediante a hipoteca das rendas do Estado e direito de intervenção, a pretexto de defender o governo legal”²⁰⁹.

O Paraguai tinha unido-se momentaneamente ao Império pela iminência de guerra contra o general Rosas, inimigo em comum pela política de negar acesso ao estuário do Prata. Após a derrota do portenho, a aproximação entre os dois países perde seu sentido. Mas a posição do país vizinho guarani ainda era de insulamento econômico. Francisco Solano López ainda tentou, neste momento, desafiar a hegemonia brasileira, ao proibir a passagem de barcos

²⁰⁶ DORATIOTO, Francisco. Formação dos Estados Nacionais e a expansão do capitalismo no século XIX. Op. cit., p. 19.

²⁰⁷ Ibid., p. 20.

²⁰⁸ Francisco Doratioto possui opinião exatamente contrária, ao afirmar que a fragmentação poderia ameaçar a livre navegação na região. DORATIOTO, Francisco. Formação dos Estados Nacionais e a expansão do capitalismo no século XIX. Op. cit., p. 34.

²⁰⁹ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 147.

mercantes estrangeiros e de navios de guerra pelo Rio Paraguai e seus afluentes em 1855. Isso significava, ao Brasil, mais uma vez, dificuldade de acesso à província de Mato Grosso. Mas a esquadra brasileira chega à essas águas em 20 de fevereiro de 1855, tentando forçar a abertura à livre navegação e “López sabia que não dispunha ainda força suficiente para contrapor à que o Brasil poderia empregar”²¹⁰. Chegaram à um “armistício”, concluindo o Brasil, em 1856, tratado de amizade, comércio e navegação com o país guarani, postergando a definição de limites. Por enquanto, o país vizinho estaria sob a influência brasileira.

A Diplomacia do Patacão, mais do que tudo, foi uma diplomacia utilitária. O Brasil soube combinar as preocupações legítimas com a defesa do território com os interesses econômicos dos fazendeiros gaúchos – ao prover o gado livre de imposto do Uruguai – e os da elite brasileira, que buscava afastar a influência da França e da Grã-Bretanha na região platina²¹¹. Graças ao sucesso da campanha brasileira no Prata, o Império brasileiro alcança a hegemonia na região e, reconhecendo isso, o Imperador concedeu o título de Visconde do Uruguai a Paulino, em gratificação às suas vitórias no cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros. O Ministro, além de contribuir para uma guinada a favor do crescimento do poder relativo do Império no subsistema regional, realizava, momentaneamente, o seu sonho, “o sonho [de que] a posição consolidada no Prata daria um novo horizonte diplomático ao país, que poderia enfim se concentrar em uma política externa de longo prazo, sem ter de apagar incêndios a todo instante.”²¹²

O Império concederia os empréstimos durante praticamente três décadas. De 1850 a 1858, os subsídios foram efetuados para possibilitar a arregimentação de alianças que possibilitariam a queda de Rosas. Também como contraparte para a assinatura de tratados que muito interessavam ao Brasil, como de limites, extradição de escravos e livre navegação. A partir desse período, os empréstimos realizados foram, basicamente, para a construção de aliança e apoio contra um novo inimigo: o Paraguai. Essa prática ocorreria através de recursos próprios até 1868. As operações de

²¹⁰ Ibid., p. 129.

²¹¹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Op. cit., p. 198.

²¹² CALDEIRA, Jorge. Op. cit., p. 237.

crédito eram minuciosamente contabilizadas e seguidas pela chancelaria imperial. Eram também transparentes por serem resultados de autorizações dadas pelo Parlamento brasileiro e, assim sendo, votadas sob forma de lei. A cada ano, objeto de prestações de contas à Assembleia Geral Legislativa²¹³.

Como Paulo Roberto de Almeida coloca, um aspecto muito relevante dessa Diplomacia era sua “relativa condescendência”. A República do Uruguai e a Confederação Argentina, reconhecendo isso, adiaram diversas vezes as amortizações e os juros devidos ao Império. Somente em 1863 a Argentina e o Brasil assinariam protocolo de amortização dos empréstimos concedidos em 1851 e 1857. De acordo com o Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1866, os dois governos – República Argentina e Uruguai – “prometeram pagar logo que conseguirem fazer empréstimos nas praças de Londres”²¹⁴. Mas, mais uma vez, os pagamentos não foram efetivados e, “ainda em 1869 e 1870, era renegociado com a Argentina o pagamento das prestações vencidas respectivamente dos empréstimos de 1851 e 1857” e seus juros²¹⁵. O Uruguai, ao obter empréstimo de 3,5 milhões de libras, em 1872, regularizou o pagamento do montante, com juros, da quantia referente ao ano de 1850. A Argentina, desde a última renegociação no início de 1870, vinha pagando rigorosamente as suas prestações e, em 1874, concluía o pagamento total (empréstimos e juros) dos convênios de 1851 e 1857.

Durante longo período, a República do Uruguai seria devedora do Brasil dos empréstimos de 1851 e dos custos da expedição militar brasileira de 1854, que só seriam “pagos” no século XX: “em 1918, o Brasil firmava um acordo de renegociação com a República Oriental, com vistas à liquidação do remanescente das antigas dívidas do século XIX, então estimadas num valor atualizado de 5 milhões de pesos uruguaios (aproximadamente o equivalente a pouco mais de 1 milhão de libras esterlinas). Como surpresa final ressalte-se que a importância líquida a ser obtida com as amortizações uruguaias deveria ser inteiramente aplicada em ‘obras de mútuo benefício, na fronteira comum das duas nações’, como por exemplo a ponte internacional sobre o Rio

²¹³ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Op. cit., p. 202.

²¹⁴ RRNE, 1866. p. 22.

²¹⁵ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Op. cit., p. 204.

Jaguarão. Após o término dessas obras, os respectivos governos dariam ‘como findas quaisquer reclamações relacionadas com a mesma dívida’”²¹⁶.

²¹⁶ Ibid., p. 206.

Conclusão

A Diplomacia do Patacão teve duração de, praticamente, duas décadas, cessando somente em 1868. Os aportes financeiros que aqui foram analisados são aqueles que compreendem somente de 1850 a 1858, por ser estes os que tinham por objetivo neutralizar Rosas e assentar uma configuração de forças favorável ao Brasil na região do Prata.

A política intervencionista no Prata, tendo como um dos seus mais importantes aspectos a Diplomacia do Patacão, teve consequências diretas e indiretas para o Brasil e para os países da região, mudando drasticamente a configuração regional de forças. Através de subsídios pecuniários às províncias argentinas de Corrientes e Entre-Ríos e à República do Uruguai, o Império conseguiria colocar sob sua órbita de influência tais vizinhos, o que contribuiu tanto para solucionar problemas de décadas que o Império enfrentava, quanto para trazer dividendos políticos para o Brasil. A diplomacia formulada por Paulino deu ao Império posto de potência regional. Mais do que isso, a Diplomacia do Patacão lançaria as bases para a Tríplice Aliança na guerra contra o Paraguai em 1864. Ajudaria, também, na recuperação do orgulho brasileiro, de certa forma “ferido”, após anos de tentativas diplomáticas fracassadas na região. As guerras intestinas no Prata, com a província do Rio Grande do Sul sempre envolvida, que dificultavam o acesso ao Mato Grosso através do bloqueio navegação foram, pouco a pouco, sendo eliminadas, proporcionando ao Brasil devida autonomia territorial no sul e no sudoeste. Formou bases, ainda, para a “grande política americanista”, caracterizada pelo estreitamento dos laços com as nações vizinhas, ainda que fosse através de tratados de limites, paz e amizade.

De certa forma, desempenhou papel na unificação do Estado argentino, retirando Rosas do poder e fornecendo recursos para a luta interna que foi travada naquele país, beneficiando o Governo Urquiza. Como hegemonia, o seu objetivo deveria ter sido favorável à segregação definitiva do Estado de Buenos Aires. Mas a Confederação, naquele momento, não era percebida como possível ameaça à posição brasileira: enfrentava conflitos civis, estava

administrativamente desorganizada, não possuía exército nacional²¹⁷. A República do Uruguai assistiria à efetiva consolidação do país, livre dos anseios anexacionistas do Governador Rosas, apesar de não ver o fim dos distúrbios em seu território, agravados de certa forma pelos tratados desiguais assinados com o Brasil.

O Barão de Mauá teve também papel central na Diplomacia: sua contribuição

“no adensamento dessa política [de potência do Brasil], foi deveras importante; tomando-se o patacão como moeda corrente em todos os países da Bacia do Prata. Ele compreendeu que a “base econômica” e não exclusivamente a “política” deveria lastrar o domínio do Brasil sobre a República do Uruguai e que ‘cumpriria estender a ação dessa influência ao outro lado do Rio da Prata’, mediante a instalação de seu banco na Confederação Argentina e na República do Uruguai”²¹⁸.

O Barão estendeu sua ação além das fronteiras do Império e talvez isso tenha sido o início de sua bancarrota: “emaranhou-se na confusa política platina e financiou governos que tinham a duração periclitante das jogadas arriscadas da época”²¹⁹. Anos mais tarde, Mauá tinha a reclamar contra o governo uruguaio – de empréstimos que este tinha contraído junto a seus bancos – mais de 3.000.000 de pesos e que nunca lhe seriam pagos²²⁰. Foi prejudicado pelo clima “anti-Brasil” que se alastrou pela República Oriental, causado pelos tratados e pelas consequentes ocupações do Império do seu território.

Paulino José Soares de Sousa lançaria, ainda, um novo modelo, uma nova ideologia para a política externa brasileira, que seria seguida por seus sucessores: a defesa dos interesses nacionais. O Gabinete conservador, de cunho conciliador, que lhe sucedeu continuará a manter política mais enérgica em relação ao Prata, embora menos intervencionista. A sua nova política trazia em seu bojo a decisão de consolidar e implementar uma

²¹⁷ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 160.

²¹⁸ Ibid., p. 159.

²¹⁹ BESOUCHET, Lúcia. Op. cit..

²²⁰ MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, Visconde de. Autobiografia: Exposição aos credores e ao público seguida de O meio circulante no Brasil. Op. cit., p. 69.

política brasileira de limites. Política essa que seria transformada em doutrina, a do *uti possidetis de facto*, que permaneceria, em sua essência, inalterada até o final do Império²²¹.

Mas a Diplomacia do Patacão só seria efetiva a curto prazo: as barganhas efetuadas pelos governantes que se sucediam nos países vizinhos geravam uma espiral de créditos, com a necessidade, sempre, de novos aportes. Apesar de os empréstimos terem sido realizados com recursos ordinários, sem que fosse aumentada a dívida pública²²², foi um fracasso para o tesouro, que, particularmente do Uruguai, nunca receberia os empréstimos em sua totalidade. Politicamente, ela não foi capaz de trazer estabilidade para a região. Os conflitos continuam e, pouco tempo depois, o Império e os países platinos se veriam às voltas com uma guerra, a do Paraguai, país que não foi “alcançado” pelos patacões.

Mas isso não diminui o seu mérito. Foi uma política que teve três frentes: a diplomática, a militar e, a grande inovação para o Império, o uso do dinheiro, na forma dos empréstimos concedidos. Atuou em vários segmentos tendo resultados mais amplos que aqueles na região do Prata especificamente: auxiliou no fim do tráfico negreiro e aliviou as tensões com a Inglaterra. Foi magistral em neutralizar Rosas e proporcionar a ascensão do Império como potência no Prata, posição esta que só entraria em queda com o declínio do Império no Brasil²²³.

²²¹ BANDEIRA, Moniz. Op. cit.

²²² RRNE, 1851, p. 29

²²³ Período que Amado Cervo chama de “retraimento vigilante (1877-1889)”. CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. Op. cit., p. 109.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1 - Documentos

Relatórios da Repartição de Negócios Estrangeiros (RRNE): anos 1849 a 1858.

2 - Livros e Artigos

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica: as relações econômicas internacionais no Império*. 1ª ed. Brasília: Funag, 2001. 673 p.

BANDEIRA, Moniz. *O Expansionismo Brasileiro: a formação dos Estados na bacia do Prata*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 1985. 254 p.

BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata (1850-1885)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

BETHELI, Leslie (Org.). O Brasil da Independência a meados do século XIX. In: *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo: EDUSP/FUNAG, 2001.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. 1ª ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995. 557 p.

CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Paulino José Soares de Sousa: Visconde do Uruguai*. 1ª ed. São Paulo: 34, 2002. 631 p.

CERVO, Amado. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores: 1826- 1889*. 1ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. 254 p.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. 526 p.

CISNEROS, Andrés e ESCUDÉ, Carlos. *Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI) / Grupo Editor Latinoamericano, 1999, Parte II, Tomo VIII: Las Relaciones con Europa y los Estados Unidos, 1881-1930, "Las relaciones políticas con Alemania (1880-1930).

DEVOTO, J. E. Pivel. Uruguay Independiente. In: CARDOZO, Efraim (org.). *História de America*. Barcelona: Salvat, 1949.

DOCCA, Emílio Fernandes de Sousa Docca. *A Convenção Preliminar de Paz de 1828: these formulada pelo Primeiro Congresso de Historia Nacional do Uruguay*. Buenos Aires: Graphica Rosetti, 1929.

DORATIOTO, Francisco. Formação dos Estados Nacionais e a expansão do capitalismo no século XIX. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (orgs.).

História do Cone Sul. Rio de Janeiro: REVAN; Brasília: Editora da UnB, p. 167-238, 1998.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 608 p.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 352 p.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A República Rio-Grandense e a praça de Montevideo (1836-1842). In: HEINZ, Flávio M; HERRLEIN JR, Ronaldo (orgs.). *Histórias Regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

LANATA, Jorge. *Argentinos: desde Pedro de Mendoza hasta la Argentina*. Buenos Aires: Editora Argentina, 2001.

LEVENE, Ricardo. *Lecciones de Historia Argentina*. Buenos Aires: J. Lajouane, 1939.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, Visconde de. *Autobiografia: Exposição aos credores e ao público seguida de O meio circulante no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.

MEARSHEIMER, John J. *A Tragédia Política das Grandes Potências*. Lisboa: Gradiva. 2007.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 250 p.

RIBEIRO, Duarte da Ponte. *As Relações do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata de 1829 a 1843*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Archivo Nacional, 1936.

[RIO BRANCO], José Maria da Silva Paranhos, [Visconde do]. *Cartas ao amigo ausente*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1953.

ROSE, Gideon. *Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy*. World Politics, Princeton, v. 51, p.144-172, out. 1998.

SAN MARTIN, Antonio Carmelo. *Historia Argentina y Constitución Nacional de Ingreso: abogacia, notariado y procuración*. Buenos Aires: E. Perrot, 1940.

SCHEIDT, Eduardo. Republicanismo na região platina à época da Revolução Farroupilha: um estudo de história comparada. In: HEINZ, Flávio M; HERRLEIN JR, Ronaldo (orgs.). *Histórias Regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

SOUSA, José Antônio Soares de. *A vida do visconde do Uruguai (1807- 1866)*: Paulino José Soares de Sousa. 1ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. 664 p.

SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*. 5ª ed., tomo II, v. 3. São Paulo: DIFEL, 1969. Cap. 2, p. 113-132.

SOUSA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*. 5ª ed. São Paulo: DIFEL, 1969. Cap. 3, p. 341-374.

VERANO, Pedro H. *As Instituições Políticas do Império e as Relações com o Paraguai (1840-1853)*. Dissertação de Mestrado.

WOHLFORTH, William C.. *The Elusive Balance: Power and Perceptions During the Cold War*. 1a ed. Ithaca: Cornell University Press, 1993. 317 p.

WOHLFORTH, William C.. *Realism and the end of the cold war*. International Security, Cambridge, v. 19, n. 3, p.91-129, 1994.

WOHLFORTH, William; DAVIS, James. German Unification. In: HERRMANN, Richard; LEBOW, Richard Ned (Comp.). *Ending the Cold War: Interpretations, Causation, and the Study of International Relations*. Nova Iorque: Palgrave, 2004. Cap. 6, p. 131-157.

WOHLFORTH, William. U.S. Strategy in a Unipolar World. In: IKENBERRY, John. *America Unrivaled: The Future of the Balance of Power*. Ithaca: Cornell University Press, 2002. p. 98-118.

WOHLFORTH, William; TANNENWALD, Nina. *The End of the Cold War as a Hard Case for Ideas*. Journal Of Cold War Studies, Cambridge, out. 2005. p. 165-173.